

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
---	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	71
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	72
-------------------------------	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	74
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	75
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	76
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	31.258
Preferenciais	61.361
Total	92.619
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	186
Total	186

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.635.211	1.577.529
1.01	Ativo Circulante	198.431	189.030
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.112	4.812
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.758	2.263
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.758	2.263
1.01.02.01.03	Titulos e valores mobiliarios	1.758	2.263
1.01.03	Contas a Receber	106.091	100.646
1.01.03.01	Clientes	101.704	94.945
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.387	5.701
1.01.03.02.01	Partes relacionadas	4.387	5.701
1.01.04	Estoques	65.687	57.155
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.783	24.154
1.01.08.03	Outros	20.783	24.154
1.01.08.03.01	Despesas do Exercicio Seguinte	287	615
1.01.08.03.02	Impostos a Recuperar	19.499	21.573
1.01.08.03.03	Outros Creditos	997	1.290
1.01.08.03.04	Prejuizos não realizados	0	676
1.02	Ativo Não Circulante	1.436.780	1.388.499
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	130.775	118.779
1.02.01.06	Tributos Diferidos	17.640	18.129
1.02.01.06.02	Impostos a Recuperar	10.380	10.869
1.02.01.06.03	Imposto de Rensa e contribuição social diferidos	7.260	7.260
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	89.548	77.036
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	89.548	77.036
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23.587	23.614
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	17	17
1.02.01.09.03	Depositos Judiciais	6.351	6.378
1.02.01.09.04	Outros Creditos	17.219	17.219
1.02.02	Investimentos	661.475	644.231
1.02.02.01	Participações Societárias	661.475	644.231
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	661.475	644.231
1.02.03	Imobilizado	643.982	624.917
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	578.263	563.733
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	65.719	61.184
1.02.04	Intangível	548	572
1.02.04.01	Intangíveis	548	572

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.635.211	1.577.529
2.01	Passivo Circulante	388.834	360.709
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.509	15.381
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.509	15.381
2.01.02	Fornecedores	65.309	75.748
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	65.309	75.748
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.597	17.087
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.597	17.087
2.01.03.01.02	Parcelamento - PAEX	7.219	7.199
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias	9.378	9.888
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	99.999	97.720
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	99.999	97.720
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	35.478	12.244
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	64.521	85.476
2.01.05	Outras Obrigações	194.420	154.773
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	146.535	100.156
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	146.535	100.156
2.01.05.02	Outros	47.885	54.617
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	21.295	21.294
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	608	3.307
2.01.05.02.05	Demais Contas a Pagar	25.982	30.016
2.02	Passivo Não Circulante	285.202	279.947
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	68.753	60.435
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	68.753	60.435
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	9.631	6.893
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	59.122	53.542
2.02.02	Outras Obrigações	118.026	119.968
2.02.02.02	Outros	118.026	119.968
2.02.02.02.03	Parcelamento - PAEX	91.938	91.512
2.02.02.02.04	Tributos diferidos	26.088	28.456
2.02.04	Provisões	98.423	99.544
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	98.423	99.544
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	98.423	99.544
2.03	Patrimônio Líquido	961.175	936.873
2.03.01	Capital Social Realizado	488.183	488.183
2.03.02	Reservas de Capital	-820	-820
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-820	-820
2.03.03	Reservas de Reavaliação	238.514	239.059
2.03.03.01	Ativos Próprios	238.091	238.627
2.03.03.02	Controladas	423	432
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	130.164	104.589
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	105.262	105.968
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-128	-106

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	148.834	130.348
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-110.027	-86.237
3.03	Resultado Bruto	38.807	44.111
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.423	-11.096
3.04.01	Despesas com Vendas	-16.983	-14.316
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.179	-9.020
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-8.716	-7.802
3.04.02.02	Honorários da Administração	-1.463	-1.218
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-68	-27
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.807	12.267
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	28.384	33.015
3.06	Resultado Financeiro	-2.899	-8.302
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.485	24.713
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.161	-4.349
3.08.01	Corrente	-3.529	-3.163
3.08.02	Diferido	2.368	-1.186
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.324	20.364
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	24.324	20.364
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	24.323	20.367
4.02	Outros Resultados Abrangentes	23	-10
4.03	Resultado Abrangente do Período	24.346	20.357

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-28.366	16.719
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	21.641	24.023
6.01.01.01	Lucro líquido antes do IR e CSLL	25.485	24.713
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	10.497	7.209
6.01.01.04	Valor residual de imobilizado alienado	116	96
6.01.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	-16.807	-12.267
6.01.01.10	Juros, variações monetárias e cambias liquidas	4.276	10.030
6.01.01.12	Imp. de Renda e Contrib. Social - exercicio	-3.529	-3.163
6.01.01.13	Imp. de Renda e Contrib. Social - diferido	2.368	-1.186
6.01.01.14	Provisão (Reversão) de obrigações e outros	-765	630
6.01.01.15	Provisões para obrigações com acionistas	0	-2.039
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-50.007	-7.304
6.01.02.01	Titulos e valores mobiliários	505	-7.171
6.01.02.02	Clientes	-6.759	-2.938
6.01.02.03	Créditos com partes relacionadas	-11.198	-3.198
6.01.02.04	Estoques	-8.532	-2.218
6.01.02.05	Impostos a recuperar	2.846	-4.468
6.01.02.06	IRPJ/CSLL Diferidos - 11.638/07	0	208
6.01.02.07	Despesas do exercício seguinte	328	340
6.01.02.08	Depositos judiciais	27	-366
6.01.02.09	Outros créditos	969	212
6.01.02.10	Fornecedores	-10.439	11.979
6.01.02.11	Obrigações trabalhistas e tributárias	-3.382	1.819
6.01.02.12	Tributos parcelados	447	251
6.01.02.13	Adiantamento de clientes	-2.698	-1.885
6.01.02.14	Outros passivos	-12.121	131
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-29.654	-48.921
6.02.03	Acréscimo do imobilizado	-29.654	-48.921
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	57.320	31.157
6.03.01	Amortização de empréstimos	-30.584	-12.186
6.03.02	Ingressos de empréstimos	41.502	32.141
6.03.03	Empréstimos de sociedades controladas	46.402	11.202
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-700	-1.045
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.812	1.950
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.112	905

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	488.183	238.240	104.589	105.968	-105	936.875
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	488.183	238.240	104.589	105.968	-105	936.875
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.324	-25	24.299
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.324	-25	24.299
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-547	-20.266	20.813	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-547	0	547	0	0
5.06.04	Reserva de lucro a realizar	0	0	-20.266	20.266	0	0
5.07	Saldos Finais	488.183	237.693	84.323	151.105	-130	961.174

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	488.183	261.284	0	92.598	-1	842.064
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	488.183	261.284	0	92.598	-1	842.064
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.476	0	20.476
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.476	0	20.476
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.023	0	1.023	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.023	0	1.023	0	0
5.07	Saldos Finais	488.183	260.261	0	114.097	-1	862.540

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	149.386	130.369
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	148.834	130.348
7.01.02	Outras Receitas	539	21
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	13	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-87.808	-74.706
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-58.758	-45.445
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-29.050	-29.261
7.03	Valor Adicionado Bruto	61.578	55.663
7.04	Retenções	-10.500	-7.178
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.500	-7.178
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	51.078	48.485
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.495	22.002
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.807	12.267
7.06.02	Receitas Financeiras	10.765	7.409
7.06.03	Outros	3.923	2.326
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	82.573	70.487
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	82.573	70.487
7.08.01	Pessoal	24.936	21.911
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.867	17.456
7.08.01.02	Benefícios	3.864	3.476
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.205	979
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.990	27.910
7.08.02.01	Federais	20.894	16.486
7.08.02.02	Estaduais	12.089	11.414
7.08.02.03	Municipais	7	10
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	322	302
7.08.03.02	Aluguéis	322	302
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	24.325	20.364
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	24.325	20.364

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.620.821	1.611.445
1.01	Ativo Circulante	312.921	301.049
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.306	5.480
1.01.02	Aplicações Financeiras	30.133	2.353
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	30.133	2.353
1.01.02.01.03	Titulos e valores mobiliarios	30.133	2.353
1.01.03	Contas a Receber	160.361	150.581
1.01.03.01	Clientes	160.361	150.581
1.01.04	Estoques	86.086	81.031
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	32.035	61.604
1.01.08.03	Outros	32.035	61.604
1.01.08.03.01	Despesas do Exercicio Seguinte	306	661
1.01.08.03.02	Impostos a Recuperar	28.256	28.947
1.01.08.03.03	Outros Creditos	3.473	31.996
1.02	Ativo Não Circulante	1.307.900	1.310.396
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	77.358	104.630
1.02.01.03	Contas a Receber	326	342
1.02.01.03.01	Clientes	326	342
1.02.01.06	Tributos Diferidos	17.640	18.129
1.02.01.06.02	Impostos a Recuperar	10.380	10.869
1.02.01.06.03	Imposto de renda e contribuição diferidos	7.260	7.260
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	59.392	86.159
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	862	950
1.02.01.09.03	Depositos judiciais	7.575	7.602
1.02.01.09.04	Outros creditos	20.795	47.447
1.02.01.09.05	Propriedade para Investimento	30.160	30.160
1.02.03	Imobilizado	1.229.851	1.205.032
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.163.381	1.141.686
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	933.760	917.990
1.02.03.01.02	Reflorestamento	229.621	223.696
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	66.470	63.346
1.02.04	Intangível	691	734
1.02.04.01	Intangíveis	691	734

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.620.821	1.611.445
2.01	Passivo Circulante	295.585	315.194
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.782	20.629
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.782	20.629
2.01.02	Fornecedores	100.514	112.680
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	100.514	112.680
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.069	22.867
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24.069	22.867
2.01.03.01.02	Parcelamento - PAEX	9.620	9.600
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias	14.449	13.267
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	103.976	100.718
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	103.976	100.718
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	39.455	15.242
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	64.521	85.476
2.01.05	Outras Obrigações	50.244	58.300
2.01.05.02	Outros	50.244	58.300
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	21.295	21.295
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	1.480	4.346
2.01.05.02.05	Demais Contas a Pagar	27.469	32.659
2.02	Passivo Não Circulante	364.062	359.378
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	68.753	60.435
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	68.753	60.435
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	68.753	60.435
2.02.02	Outras Obrigações	195.478	197.993
2.02.02.02	Outros	195.478	197.993
2.02.02.02.03	Parcelamento - PAEX	123.014	122.411
2.02.02.02.04	Tributos diferidos	72.464	75.582
2.02.04	Provisões	99.831	100.950
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	99.831	100.950
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	99.831	100.950
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	961.174	936.873
2.03.01	Capital Social Realizado	488.183	488.183
2.03.02	Reservas de Capital	-820	-820
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-820	-820
2.03.03	Reservas de Reavaliação	238.513	239.059
2.03.03.01	Ativos Próprios	238.090	238.627
2.03.03.02	Controladas	423	432
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	130.164	104.589
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	105.262	105.968
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-128	-106

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	203.855	182.917
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-141.902	-122.449
3.03	Resultado Bruto	61.953	60.468
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-31.880	-24.845
3.04.01	Despesas com Vendas	-30.707	-25.876
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.898	-10.185
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-9.435	-8.813
3.04.02.02	Honorarios da Administração	-1.463	-1.372
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	11.181	11.216
3.04.04.01	Valor justo ativo biologico	11.181	10.748
3.04.04.02	Outros receitas operacionais	0	468
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.456	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	30.073	35.623
3.06	Resultado Financeiro	-3.431	-8.669
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	26.642	26.954
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.318	-6.590
3.08.01	Corrente	-5.436	-5.417
3.08.02	Diferido	3.118	-1.173
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.324	20.364
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	24.324	20.364
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	24.324	20.364
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	24.323	20.367
4.02	Outros Resultados Abrangentes	23	-10
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	24.346	20.357
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	24.346	20.357

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	24.191	32.584
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	40.498	37.732
6.01.01.01	Lucro líquido antes do IR e CSLL	26.642	26.954
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	10.925	7.771
6.01.01.03	Exaustão de ativos biológicos	12.649	10.664
6.01.01.04	Valor residual de imobilizado alienado	153	-58
6.01.01.08	Variação valor justo dos ativos biológicos	-11.181	-10.748
6.01.01.10	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	4.997	10.739
6.01.01.12	Imp. de Renda e Contrib. Social - Exercício	-5.436	-5.417
6.01.01.13	Imp. de Renda e Contrib. Social - Diferido	3.118	-1.173
6.01.01.14	Provisão (Reversão) de obrigações e outros	-1.369	1.039
6.01.01.15	Provisão para obrigação com acionistas	0	-2.039
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-16.307	-5.148
6.01.02.01	Titulos e valores mobiliários	-27.780	-7.171
6.01.02.02	Clientes	-8.632	-4.271
6.01.02.04	Estoques	-5.055	-2.299
6.01.02.05	Impostos a recuperar	4.154	-3.175
6.01.02.06	IRPJ/CSLL Diferidos - 11.638/07	0	208
6.01.02.07	Despesas do exercício seguinte	355	348
6.01.02.08	Depositos judiciais	27	-366
6.01.02.09	Outros créditos	55.264	363
6.01.02.10	Fornecedores	-12.166	12.813
6.01.02.11	Obrigações trabalhistas e tributárias	-2.665	1.789
6.01.02.12	Tributos parcelados	623	341
6.01.02.13	Adiantamento de clientes	-2.866	-2.031
6.01.02.14	Outros passivos	-17.566	-1.697
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-37.322	-54.907
6.02.03	Acrescimo do Imobilizado	-29.930	-49.405
6.02.04	Acrescimo do Ativo Biológico	-7.392	-5.502
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	11.957	19.955
6.03.02	Ingressos de empréstimos	-31.095	-12.186
6.03.03	Empréstimos de sociedades controladas	43.052	32.141
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.174	-2.368
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.480	4.215
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.306	1.847

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	488.183	238.240	104.589	105.968	-105	936.875	0	936.875
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	488.183	238.240	104.589	105.968	-105	936.875	0	936.875
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.324	-25	24.299	0	24.299
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.324	-25	24.299	0	24.299
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-547	-20.266	20.813	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-547	0	547	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de lucro a realizar	0	0	-20.266	20.266	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	488.183	237.693	84.323	151.105	-130	961.174	0	961.174

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	488.183	261.284	0	92.598	-1	842.064	0	842.064
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	488.183	261.284	0	92.598	-1	842.064	0	842.064
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.476	0	20.476	0	20.476
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.476	0	20.476	0	20.476
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.023	0	1.023	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.023	0	1.023	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	488.183	260.261	0	114.097	-1	862.540	0	862.540

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	204.599	184.019
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	203.855	182.917
7.01.02	Outras Receitas	744	1.102
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-104.230	-92.013
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-82.823	-62.107
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.407	-29.906
7.03	Valor Adicionado Bruto	100.369	92.006
7.04	Retenções	-23.302	-18.397
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23.302	-18.397
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	77.067	73.609
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.234	15.022
7.06.02	Receitas Financeiras	19.798	12.281
7.06.03	Outros	4.436	2.741
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	101.301	88.631
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	101.301	88.631
7.08.01	Pessoal	33.533	29.589
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.951	23.848
7.08.01.02	Benefícios	5.043	4.461
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.539	1.280
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	43.042	38.261
7.08.02.01	Federais	25.508	22.554
7.08.02.02	Estaduais	16.833	15.697
7.08.02.03	Municipais	701	10
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	403	414
7.08.03.02	Aluguéis	403	414
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	24.323	20.367
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	24.323	20.367

EUCATEX divulga os resultados de 1T11: Crescimento do Lucro Líquido de 19,5% e da Receita Bruta de 11,4%, EBITDA de R\$ 42,2 milhões e Margem EBITDA de 21%.

São Paulo, 11 de maio de 2011. A **Eucatex** (BM&FBovespa: EUCA3 e EUCA4; Bloomberg: EUCA3 BZ e EUCA4 BZ), uma das maiores produtoras de painéis de madeira do Brasil, com atuação também nos segmentos de tintas e vernizes, pisos laminados, divisórias e portas, divulga seus resultados do 1º trimestre de 2011 (1T11). As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado o contrário, são auditadas e apresentadas com bases consolidadas em milhares de reais, de acordo com a Legislação Societária, e as comparações são referentes ao 1º trimestre de 2010 (1T10).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações financeiras ((International Financial Reporting Standards-(IFRS)e foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Recomenda-se a leitura deste material em conjunto com as Notas Explicativas às Informações Anuais Consolidadas.

Destaques

- » A **Receita Líquida** atingiu **R\$ 203,9 milhões** no 1T11, crescimento de **11,5%** em relação ao 1T10;
- » **Margem Bruta** de 30,4% no 1T11 (**32,6% sem considerar a linha de THDF/MDF**), queda de 2,7 p.p. com relação à igual período de 2010;
- » **EBITDA** de **R\$ 42,2 milhões** no 1T11 contra, **R\$ 43,3 milhões** no 1T10, queda de **2,5%**. **Margem EBITDA** de **20,7%** (**21,4% sem considerar a nova linha de THDF/MDF**) no 1T11 contra, **23,7%** no 1T10 queda de 3 p.p.;
- » **Aquisição e instalação em 2011 de:** a) uma nova linha de BP e de uma nova linha de pintura em Salto; b) uma nova linha de portas e painéis; e c) uma nova linha de pisos Botucatu.



1T11

Destaques (R\$ MM)	1T11	1T10	Var. (%)
Receita Líquida	203,9	182,9	11,5%
Lucro Bruto	62,0	60,5	2,5%
<i>Margem Bruta (%)</i>	30,4%	33,1%	-2,7 p.p.
EBITDA	42,2	43,3	-2,5%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	20,7%	23,7%	-3 p.p.
Lucro Líquido	24,4	20,4	19,5%
Endividamento Líquido	138,3	138,3	0,0%
Dívida Líquida / EBITDA (UDM)	0,7	0,8	-13,1%

Eucatex e o Mercado

O primeiro trimestre do ano de 2011 apresentou comportamento diverso do mesmo período do ano de 2010. Naquele ano, o mês de março coincidiu com o final do prazo das medidas adotadas pelo governo federal para o combate a crise, que incluía a redução do IPI incidente sobre a venda de móveis e painéis. Essa medida não só fortaleceu a demanda ao longo do 1T10, como levou a uma antecipação das compras que ocorreriam nos meses subsequentes, o que beneficiou a Companhia. No ano de 2011, verificou-se que a demanda na ponta, apesar de um ritmo menor de crescimento, continuou aquecida, entretanto, alguns grandes fabricantes de móveis e “magazines” realizaram adequação em seus estoques. Isso explica em parte a redução da demanda no mercado de chapas grossas (MDF+MDP), que foi de 4% quando comparado o 1T11 vs 1T10 e de 8% no 1T11 em relação ao 4T10. Mesmo diante desse cenário, para o ano de 2011, a previsão de crescimento projetada pelo setor é de 15% sobre o ano de 2010.

A venda de móveis para famílias que tem renda de até 10 salários mínimos, no ano de 2010, foi de R\$ 26,2 bilhões e de R\$ 15,8 bilhões para as famílias que tem renda superior a 10 salários mínimos. A classe C tem dado grande impulso a esse crescimento. Para o ano 2011, a previsão de crescimento é de 15% (fonte: Instituto Data Popular), sustentado pelos principais indicadores que impactam o setor: aumento da massa salarial, crédito e confiança do consumidor.

O desempenho da Eucatex no setor de painéis de madeira foi aderente ao desempenho do mercado e explica-se pelos mesmos motivos citados acima. Além desses aspectos, considerando uma demanda mais baixa, a Companhia optou por antecipar a manutenção preventiva da sua unidade de Chapas de Fibra, bem como, aumentar os estoques de Painéis de MDP, que deverão ser realizados em melhores condições no decorrer do exercício.

Apesar das vendas físicas das linhas atuais de painéis serem menores que as do mesmo período do ano anterior, parte dessa perda foi compensada pelo início da comercialização dos produtos da nova linha de THDF/MDF, que atingiu faturamento bruto de R\$ 25 milhões no 1T11.

Nos primeiros meses de produção da nova linha de THDF/MDF, ocorreram problemas normais associados ao “start-up”, com custos acima do previsto, entretanto, consideramos que o desempenho foi positivo. A partir do 2T11, a Companhia está ajustando o mix de produção, aumentando o % de chapas finas, visando buscar uma melhor lucratividade para linha.

Desempenho Operacional base 100 - 2005			
Vendas Físicas	1T11	1T10	Var. (%)
Painéis de Madeira (MI)	138	121	14,8%
Painéis de Madeira (ME)	26	28	-5,9%
Pisos Laminados	201	185	9,0%
Tintas	400	393	1,8%

MI - Mercado Interno / ME - Mercado Externo

No setor de Painéis de Madeira no MI (Mercado Interno), a Companhia obteve crescimento de 14,8% em suas vendas físicas, apesar do cenário adverso para o setor. Sem considerar a nova linha de THDF/MDF, as vendas de painéis de madeira apresentaram queda de -5,8%. A redução dos estoques da cadeia em 2011 e as vendas aquecidas em função da redução do IPI no 1T10 explicam a variação.

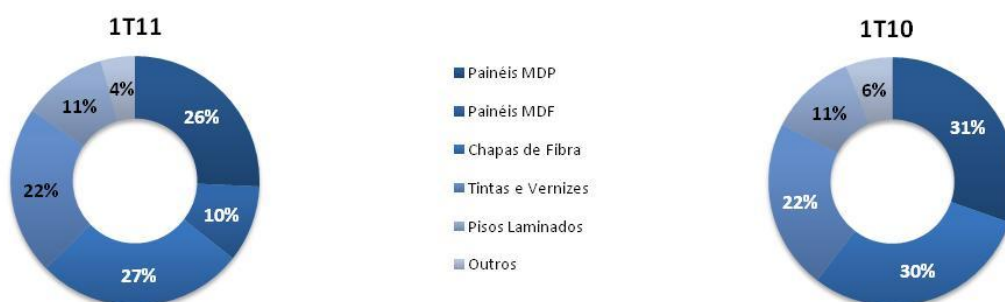
As vendas de Pisos Laminados continuam aquecidas e já no primeiro trimestre apresentaram variação positiva de 9%, mesmo quando comparado a base do 1T10, que apresentava um cenário mais favorável.

As vendas de Tintas apresentaram variação de 1,8%. Apesar do pequeno crescimento, o mesmo está dentro das expectativas da Companhia, que está realinhando seu posicionamento e buscando melhor lucratividade nas vendas.

Os produtos voltados para Construção Civil serão beneficiados pela expansão do setor e a Eucatex está atenta para isso, lançando produtos diferenciados e buscando cada vez mais a proximidade com seu cliente.

Desempenho Financeiro

Distribuição da Receita Bruta (R\$ MM)	1T11	1T10	Var. (%)
Chapas de Fibra	68,7	68,6	0,2%
Painéis MDP	65,3	69,2	-5,7%
Painéis MDF	25,2	-	0,0%
Pisos Laminados	28,0	25,8	8,5%
Segmento Madeiras	187,3	163,6	14,5%
Segmento Tintas	55,4	50,6	9,5%
Outros	11,4	14,0	-18,4%
Receita Bruta	254,0	228,2	11,3%



A Receita Bruta apresentou crescimento de 11,3% no 1T11 em comparação ao 1T10, atingindo R\$ 254 milhões. O segmento de madeira apresenta crescimento de 14,5%, parte importante do crescimento está associada ao faturamento da nova linha da THDF/MDF, desconsiderando esse resultado o segmento madeira apresentou redução de 1%. A linha de Pisos Laminados apresenta crescimento de 8,5%.

A Receita Bruta de Tintas apresentou crescimento de 9,5%, contra crescimento de 1,8% nos volumes. Houve no período aumentos de custos que foram repassados aos preços.

Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

No 1T11, comparativamente ao 1T10, o CPV apresentou aumento de 15,9%. A variação no CPV, superior ao aumento da receita, em parte, está associada a entrada em operação da nova linha de THDF/MDF, que ainda está em fase de "ramp-up" e nessa situação os custos fixos ainda não estão sendo diluídos de forma otimizada. Desconsiderando a nova linha de THDF/MDF, a variação no CPV foi de 1,2%.

Lucro Bruto e Margem Bruta

A menor margem bruta no período explica-se pela redução de preços de 5% no 1T11, comparativamente ao 1T10 na linha de painéis MDP. Houve no período também pressões de custos, que estão sendo repassadas aos preços, no segmento de tintas.

A linha de THDF/MDF, apesar da contribuição positiva para o resultado, também impactou de forma negativa o Lucro Bruto da Companhia, uma vez que os custos variáveis estão acima dos previstos e os custos fixos ainda não foram diluídos de forma otimizada, o que deverá ocorrer nos próximos trimestres quando deveremos ter um maior nível de ocupação da capacidade nominal.

Sem considerar o efeito da nova linha, o Lucro Bruto da Companhia foi de 32,7% e ficou, praticamente, estável em relação aos 33,1% obtido no 1T10.

Despesas Operacionais

Distribuição das Despesas (R\$ MM)	1T11	1T10	Var. (%)
Vendas	(30,7)	(25,9)	18,7%
Gerais e Administrativas	(10,9)	(10,2)	7,0%
Total de Despesas Operacionais	(41,6)	(36,1)	15,4%
% da Receita Líquida	-20,4%	-19,7%	0,7 p.p.
Outras Receitas e Despesas Operacionais	9,7	11,2	-13,3%

As despesas com vendas, no 1T11, cresceram 18,7%, comparativamente ao 1T10. A Companhia optou pela participação em duas importantes feiras do setor onde atua a cada dois anos e os gastos, que incluem montagem de estande, remessa de materiais para protótipos, material promocional, etc. impactaram o 1T11 e não foram realizados no 1T10. Além disso, a Eucatex também realizou gastos com a confecção de material promocional da nova linha de produtos THDF/MDF e dos lançamentos realizados no 1T11. A soma desses eventos, no 1T11, geraram gastos superiores ao 1T10 de, aproximadamente, R\$ 2,5 milhões. Além desses impactos, ocorreram no período aumento nos gastos com pessoal decorrente dos dissídios coletivos e também aumento nas despesas variáveis que acompanharam o crescimento das vendas.

A somatória das despesas administrativas e comerciais, apesar do crescimento nominal de 15,4%, no 1T11 em relação ao 1T10, percentualmente representaram 20,4% do faturamento no 1T11, contra, contra 19,7% no mesmo período do ano anterior.

EBITDA e Margem EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ MM)	1T11	1T10	Var. (%)
Lucro Líquido	24,4	20,4	19%
IR e CS	2,3	6,6	-65%
Resultado Financeiro Líquido	3,4	8,7	-60%
Depreciação e Amortização	23,3	18,4	27%
Varição no valor justo dos ativos biológicos	(11,2)	(10,7)	4%
EBITDA	42,2	43,3	-2%
Margem EBITDA	20,7%	23,7%	-3 p.p.

No 1T11, a Companhia apresentou um EBITDA de R\$ 42,2 milhões, o que representa uma **queda de 2%** em relação ao resultado alcançado no 1T10. A redução deve-se, basicamente, a queda no lucro bruto.

Lucro Líquido

O lucro líquido no 1T11 foi de R\$ 24,4 milhões contra, R\$ 20,4 milhões no 1T10, aumento de praticamente 20%, fruto principalmente da redução na despesa financeira.

Endividamento

O endividamento da Companhia, ao final do 1T11, representa 0,7 vez o EBITDA anualizado.

Endividamento (R\$ MM)	1T11	4T10
Dívida de Curto Prazo	104,0	100,7
Dívida de Longo Prazo	68,8	60,4
Dívida Bruta	172,7	161,2
Disponibilidades	34,4	5,5
Dívida Líquida	138,3	155,7
% Dívida de curto prazo	60%	62%
Dívida Líquida/EBITDA	0,7	1,0

Investimentos

Dentre os investimentos a serem realizados no 2011, destacamos:

- Instalação da prensa de BP que aumentará a capacidade de revestimento desse tipo de produto em 7,2 milhões de m² ano; e
- Início da construção de áreas de estocagem e novos galpões que serão utilizados para linhas de acabamento;
- Nova linha de Portas e Painéis em Salto;
- Nova linha de Pintura com capacidade de 36 milhões de m² ano
- Investimentos em plantio de florestas, que tem uma meta de 4,5 mil hectares para o ano de 2011.
- Nova linha de portas e painéis

No 1T11, a Companhia anunciou o investimento em uma nova linha de Pisos Laminados em Botucatu, que além do aumento de capacidade de produção, permitirá a fabricação de produtos diferenciados.

Sustentabilidade

A sustentabilidade florestal da Eucatex, inclusive de sua nova linha T-HDF/MDF, é garantida por 45,9 mil hectares de florestas, todas localizadas no Estado de São Paulo.

A Companhia é reconhecida por praticar o desenvolvimento sustentável, sendo a primeira empresa do setor a conquistar a ISO 9001 em 2000. A Eucatex possui, ainda, a certificação ISO 14001 e o Selo Verde, certificado concedido pelo *Forest Stewardship Council* (FSC) que atesta que suas florestas são manejadas de acordo com rigorosos padrões ambientais, sociais e econômicos.

A Eucatex foi pioneira ao implantar a primeira linha de reciclagem de resíduos de madeira em escala industrial na América do Sul. Os equipamentos de última geração permitem que o material captado em um raio de, aproximadamente, 120 quilômetros da unidade de Salto (SP) seja utilizado como matéria-prima na produção de chapas e como biomassa para queima em suas caldeiras. A capacidade total de processamento é de 240 mil tons/ano equivalentes a, aproximadamente, 470 mil m³ de madeira em pé ou 1.500 hectares de florestas plantadas. O investimento para manter esse volume de madeira, considerando um ciclo de 7 anos, em terras e

plântio seria de, aproximadamente, R\$ 200 milhões. Além do aspecto do custo, esse processo de reciclagem de madeira evita que esse material seja destinado a aterros sanitários das cidades.

Mercado de Capitais

As ações PN da Eucatex (EUCA4) listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) encerraram 1T11 cotadas a R\$ 8,96. O valor de mercado, considerando as cotações do final do 1T11, era de R\$ 830 milhões, representando 4,9 vezes o EBITDA anualizado e, aproximadamente, 86% do valor patrimonial.

Em 1º de julho de 2010, a Eucatex aderiu aos níveis de governança da BM&FBovespa, pertencendo, a partir desta data, ao Nível 1.

Recentemente, a Companhia anunciou um programa de recompra de ações que autoriza adquirir até 10% das ações preferenciais em circulação.

Recursos Humanos

No acumulado do 1T11, os gastos com pessoal somaram R\$ 31,5 milhões, dos quais R\$ 14,9 milhões são de salários e ordenados, R\$ 10,5 milhões de encargos sociais e cerca de R\$ 6,1 milhões gastos em programas de assistência médica e odontológica, transportes, alimentação, treinamento, segurança e medicina do trabalho para seus 2.372 funcionários e respectivos dependentes.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em 26/04/2011, conforme aprovação do Conselho de Administração, a Grant Thornton Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria da Companhia.

A política do Grupo Eucatex em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se substancia nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar por seu cliente.

Durante o 1T11, o Grupo Eucatex não contratou outros serviços da Grant Thornton Auditores Independentes.

Grupo Eucatex - Há 60 anos aliando solidez, tecnologia e pioneirismo

2011 é o ano em que a Eucatex comemora 60 anos. Uma história construída sobre pilares que a transformaram em uma das maiores empresas do Brasil.

O Grupo Eucatex é formado por um complexo de quatro fábricas que oferecem uma ampla linha de produtos para os segmentos da Indústria Moveleira (chapas T-HDF e de fibras de madeira, painéis MDP e MDF e Tamburato) e da Construção Civil (pisos laminados, portas, divisórias, tintas e vernizes).

A Unidade Chapas e a Unidade Tintas e Vernizes estão localizadas em Salto-SP, e a Unidade de Painéis e Pisos, em Botucatu-SP. A empresa possui ainda a Unidade Florestal, com um viveiro de mudas, em Bofete-SP.

Desde sua fundação, o Grupo Eucatex é reconhecido por seu pioneirismo, sua qualidade, tecnologia de ponta e pela preocupação com o meio ambiente. Em suas fábricas, utiliza 100% de madeira de eucalipto reflorestado e suas áreas florestais ocupam mais de 46 mil hectares, sendo aproximadamente um terço destinado a reservas naturais.

É assim, trabalhando com seriedade, investindo cada vez mais em sustentabilidade e tecnologia e fabricando produtos de altíssima qualidade, que a Eucatex é hoje uma marca reconhecidamente sólida.

Uma marca que há 60 anos faz parte da vida de milhares de brasileiros.



Sobre a Eucatex

A Eucatex S.A. Ind. e Com. (BM&FBovespa: EUCA3 e EUCA4), que em 2011 completa 60 anos, é uma das maiores produtoras de pisos, divisórias, portas, painéis MDP/MDF/T-HDF, chapas de fibras de madeira e tintas e vernizes do Brasil. Com 2.372 funcionários, a Companhia exporta para mais de 37 países e possui quatro modernas fábricas em Botucatu e Salto, cidades localizadas no interior do Estado de São Paulo. Para mais informações, acesse o site www.eucatex.com.br/ri

As afirmações contidas neste documento, relacionadas às perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas às probabilidades de crescimento da Eucatex são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças, sem aviso prévio.

Demonstração dos Resultados

DRE (R\$ MM)	1T11	1T10	Var. (%)
Receita Bruta	254,0	228,2	11,4%
Impostos Incidentes	(50,2)	(45,2)	10,8%
Receita Líquida	203,9	182,9	11,5%
Custo dos Produtos Vendidos	(141,9)	(122,4)	15,9%
Lucro Bruto	62,0	60,5	2,5%
% Margem Bruta	30,4%	33,1%	-2,7 p.p.
Despesas com Vendas	(30,7)	(25,9)	18,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(9,4)	(8,8)	7,1%
Honorários da Administração	(1,5)	(1,4)	6,6%
Outros Despesas/ Receitas Operacionais	9,7	11,2	-13,3%
Despesas/ Receitas Operacionais	(31,9)	(24,8)	28,3%
Resultado antes do Resultado Financeiro	30,1	35,6	-15,5%
Resultado Financeiro Líquido	(3,4)	(8,7)	60,4%
Resultado após Resultado Financeiro	26,7	27,0	-1,1%
Provisão para IR e CSLL	(2,3)	(6,6)	64,8%
Lucro/Prejuízo do Exercício	24,4	20,4	19,5%
Margem Líquida	11,9%	11,1%	0,8 p.p.

Balço Consolidado (R\$ 000)	1T11	1T10	Var. (%)
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4,3	1,8	133,1%
Títulos e valores mobiliários	30,1	10,0	201,6%
Clientes	160,4	137,1	16,9%
Créditos com pessoas ligadas	-	-	0,0%
Estoques	86,1	68,5	25,6%
Impostos a recuperar CP	28,3	21,4	32,1%
Outros débitos CP	3,5	4,5	-22,1%
Prejuízos não realizados	-	-	0,0%
Despesas do exercício seguinte	0,3	0,2	42,9%
Total do Ativo Circulante	312,9	243,6	28,5%
Ativo não Circulante			
Ativo realizável a longo prazo			
Clientes LP	0,3	2,0	-83,8%
Bens destinados a Venda	0,9	5,2	-83,5%
Propriedade para Investimento	30,2	-	0,0%
Créditos com pessoas ligadas	-	-	0,0%
Impostos a recuperar LP	10,4	9,4	10,0%
IRPJ/CSLL Diferidos - 11.638/07	7,3	4,9	48,9%
Depósitos judiciais	7,6	7,7	-1,5%
Outros débitos LP	20,8	17,8	16,7%
Total do ativo realizável a longo prazo	77,4	47,0	64,4%
Ativo Permanente			
Investimentos	-	0,9	-100,0%
Imobilizado líquido	1.000,2	948,0	5,5%
Ativo Biológico Líquido	229,6	203,1	13,1%
Intangível	0,7	0,9	-26,5%
Total do Ativo permanente	1.230,5	1.152,9	-107,9%
Total do Ativo não Circulante	1.307,9	1.200,0	9,0%
Total Ativo	1.620,8	1.443,6	12,3%
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Empréstimos e financiamentos cp	104,0	60,3	72,4%
Fornecedores	100,5	71,7	40,2%
Obrigações Trabalhistas	16,8	14,1	19,0%
Obrigações Tributárias	14,4	13,9	3,6%
Debêntures	-	-	0,0%
Tributos Parcelados	9,6	9,6	0,6%
IR / CS Diferido cp	-	-	0,0%
Débitos com Pessoas Ligadas	-	-	0,0%
Provisão para passivo descoberto	-	-	0,0%
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	-	-	0,0%
Adiantamento de Clientes	1,5	3,4	-56,5%
Dívidas a pagar	21,3	-	0,0%
Lucros não realizados	-	-	0,0%
Contas a Pagar	27,5	14,2	93,1%
Provisão do Exercício	-	-	0,0%
Total do Passivo Circulante	295,6	187,2	57,9%
Passivo não Circulante			
Empréstimos e financiamentos LP	68,8	89,8	-23,5%
Tributos parcelados LP	123,0	120,4	2,2%
IR / CS Diferido LP	72,5	69,8	3,8%
Provisão para contingências	99,8	93,6	6,7%
Contas a Pagar LP	-	20,3	-100,0%
Debêntures em tesouraria	-	-	0,0%
Total do Passivo não Circulante	364,1	393,9	-7,6%
Patrimônio Líquido			
Capital Social	488,2	488,2	0,0%
Ações em Tesouraria	(0,8)	(0,8)	0,0%
Reservas de Reavaliação	238,5	261,1	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	106,0	107,8	
Reservas de lucros	104,6	-	
Outros Resultados abrangentes	(0,1)	-	0,0%
Lucros ou prejuízos acumulados	24,8	6,2	301,3%
Total do Patrimônio Líquido	961,2	862,4	11,4%
Total Passivo e Patrimônio Líquido	1.620,8	1.443,6	12,3%

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (R\$ 000)	1T11	1T10
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	26,6	27,0
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	10,9	7,8
Exaustão de ativos biológicos	12,6	10,7
Valor residual de imobilizado alienado	0,2	(0,1)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Valor da baixa de investimentos	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
Variação valor justo dos ativos biológicos	(11,2)	(10,7)
Resultado recebido de empresas controladas	-	-
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	5,0	10,7
Provisão p/perdas nos estoques	-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2,0)	(6,6)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-
Provisão (Reversão) de obrigações e outros	(1,4)	1,0
Provisões para obrigação com acionistas	-	(2,0)
Variações de ativos e passivos operacionais		
Titulos e valores mobiliários	(27,8)	(7,2)
Clientes	(8,6)	(4,3)
Créditos com partes relacionadas	-	-
Estoques	(5,1)	(2,2)
Impostos a recuperar	4,2	(3,2)
IRPJ/CSLL Diferidos - 11.638/07	-	0,2
Despesas do exercício seguinte	0,4	0,3
Depósitos judiciais	0,0	(0,4)
Outros créditos	55,3	0,4
Fornecedores	(12,2)	12,8
Obrigações trabalhistas e tributárias	(3,0)	1,8
Tributos parcelados	0,6	0,3
Adiantamento de clientes	(2,9)	(2,0)
Outros passivos	(17,6)	(1,8)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	24,2	32,6
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aporte de capital em controladas	-	-
Redução de capital em controladas	-	-
Acréscimo do imobilizado	(29,9)	(49,4)
Acréscimo do Ativo Biológico	(7,4)	(5,5)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(37,3)	(54,9)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos	(31,1)	(12,2)
Ingressos de empréstimos	43,1	32,1
Empréstimos de sociedades controladas	0,0	0,0
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	12,0	20,0
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1,2)	(2,4)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5,5	4,2
No fim do exercício	4,3	1,8
Informações suplementares:		
Imposto de renda e Contribuição Social pagos	(2,8)	(2,1)
Juros pago	-	-

Notas Explicativas

Notas Explicativas da administração às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

As atividades da Eucatex S.A. Indústria e Comércio (“Companhia”) compreendem, principalmente, a produção para comercialização, no país e no exterior, de painéis de Madeira - MDF/THDF (*Medium Density Fiberboard/Thin High Density Fiberboard*) chapa de fibra (*Hardboard*) e MDP (*Medium Density Particleboard*), além da produção de produtos derivados, como Pisos Laminados, Portas para Construção Civil e Painéis de Divisória. As sociedades controladas diretas atuam na produção e na comercialização de tintas imobiliárias, artefatos para construção civil e comercialização do excedente energético.

O capital social é representado por 31.257.700 ações ordinárias (EUCA3) e 61.361.556 ações preferenciais (EUCA4), totalizando 92.619.256 ações, negociadas na BM&FBovespa. Desse total, em 30 de junho de 2010, a Companhia possuía 186.434 ações preferenciais em tesouraria.

A Companhia possui 4 unidades industriais e 45,9 mil hectares de florestas em 71 fazendas, localizadas no Estado de São Paulo.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, 11º andar Torre I, Itaim Bibi, São Paulo.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de maio de 2011.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

As políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos e exercício apresentados.

2.1 Bases de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

(a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com International Accounting Standards – IAS 37/CPC2 emitidos respectivamente pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que trata dos relatórios intermediários. Estas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Eucatex S.A Indústria e Comércio de 31 de dezembro de 2010, as quais foram preparadas respectivamente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil e CPCs/IFRS estão descritas na nota 3.

Notas Explicativas

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pela International Accounting Standards Board ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, incluem os pronunciamentos emitidos pelo CPC. Os IFRS compreendem (i) os IFRS, (ii) os International Accounting Standards ("IAS"), e (iii) as interpretações originadas do International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") ou anteriormente Standard Interpretations Committee ("SIC"). As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas de acordo com os IFRS são equivalentes às apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

2.2. Consolidação

2.2.1. Demonstrações financeiras consolidadas

Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto (vide nota 13).

As Demonstrações financeiras consolidadas incluem as sociedades: Eucatex S. A. Indústria e Comércio e suas controladas diretas: Eucatex Tintas e Vernizes Ltda., Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda., Eucatex Agro-Florestal Ltda., Eucatex Comercial e Logística Ltda., Novo Prisma Agro-Florestal Ltda., Tamboré Ind. e Com. Prod. Met. Ltda., Eucatex of North America, Inc. e suas controladas indiretas: AD Argilas Descorantes Ltda., Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. e Eucatex Nordeste Ind. e Com. Ltda.

Nas operações entre as sociedades consolidadas foram eliminadas as participações recíprocas, os saldos de contas, as receitas e despesas e os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários, entre as Companhias, quando aplicável. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as sociedades consolidadas.

2.2.2. Demonstrações Financeiras

Os resultados e variações patrimoniais de controladas são contabilizados na Companhia pelo método de equivalência patrimonial. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicada nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto no IFRS seria custo ou valor justo.

2.3. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmento de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho

Notas Explicativas

dos segmentos operacionais é a Diretoria do Grupo, responsável pela tomada das decisões estratégicas, suportada pelo Conselho de Administração.

2.4. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício ou período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Sociedades do Grupo

A controlada localizada no exterior possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa, financeira e operacional. Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos da variação cambial são registrados na conta de ajustes acumulados de conversão, no patrimônio líquido.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores há três meses ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato.

2.6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de disponíveis para venda e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros.

2.7. Ativos financeiros

2.7.1. Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são classificados em duas finalidades:

(a) Ativos financeiros disponível para venda

Os ativos financeiros mantidos disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros que não são classificados como empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais para os quais a Administração pretende manter por um período

Notas Explicativas

indefinido e que podem ser vendidas para atender as necessidades de liquidez ou em resposta as mudanças nas condições de mercado.

(b) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta categoria os empréstimos e os recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e os recebíveis são atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação.

2.7.2. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo através do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras" no período em que ocorrem.

2.7.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.4. Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial

Notas Explicativas

daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais, como condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.8. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Em 31 de março de 2011 a Companhia mantém instrumentos derivativos. De acordo com suas políticas de tesouraria, a Companhia não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins outros que não os de proteção. Quando contratados, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

2.9. Contas a receber de clientes

Referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e estão apresentadas ao valor presente, quando relevante, e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A provisão para devedores de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

2.10. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de compras ou produção inferiores ao seu custo de reposição ou aos valores de realização. Uma provisão para potenciais perdas é estabelecida quando itens são definidos como obsoletos ou morosos em quantidade superior aquela a ser utilizada, com base na estimativa da Administração quanto aos valores líquidos de realização.

Notas Explicativas

2.11. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear com base na vida útil definida.

(a) Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico.

(b) Desenvolvimento e Implantação de sistemas (*softwares*)

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; (ii) a administração pretende concluir o software e usá-lo; (iii) o software pode ser usado; (iv) o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e (vi) o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear, com base na taxa anual de 20%.

2.12. Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 16. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício.

Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas não adotaram a opção do custo atribuído (*deemed cost*), exceto para terrenos (fazendas), conforme CPC 37 (Interpretação Técnica – ICPC 10) por avaliarem que a vida útil econômica revisada para fins de depreciação melhor reflete o valor dos ativos (nota 16).

2.13. Impairment de ativos não-financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.14. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são representados pelas reservas florestais e são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita (nota 15). Sua exaustão é calculada com base no corte das florestas.

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantios renováveis e são destinados para produção de chapas. Como resultado das melhorias nas técnicas de manejo florestal, incluindo a melhoria genética das árvores, o processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de sete anos.

Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, considerando a quantidade cúbica de madeira existente, segregada em anos de plantio, e os respectivos valores de venda de madeira em pé até o esgotamento das florestas. O preço médio líquido de venda foi estimado com base no preço estimado para eucalipto para o mercado local, baseado em estudo de mercado e amostras de algumas pesquisas de transações, ajustado para refletir o preço da "madeira em pé". Os volumes utilizados na avaliação foram calculados em função do incremento médio anual de cada região.

A Companhia avalia seus ativos biológicos ao final de cada trimestre.

2.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro-rata temporis").

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas de acordo com o regime contábil de competência.

2.16. Contas a pagar a fornecedores e provisões

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos

Notas Explicativas

circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

2.17. Tributos sobre o lucro

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade. São calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$48.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para estas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é calculada a razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas e sobre o resultado aplica-se as alíquotas regulares do imposto de renda e contribuição social.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, são reconhecidas somente na extensão em que sua realização seja provável, tendo como base projeções de geração de lucro tributável futuro.

O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto de renda e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio, na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

2.18. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.19. Benefícios aos empregados

Notas Explicativas

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis como participações nos lucros (PLR) que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício ou período, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. As provisões para reconhecer a participação dos empregados nos lucros e resultados são reconhecidas em resultado na rubrica "Outros resultados operacionais".

2.20. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- a) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- b) Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Processos trabalhistas, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados;
- c) Obrigações legais são registradas na rubrica provisões para demandas judiciais.

2.21. Reconhecimento da receita

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre sociedades do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fruirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

(a) Venda de produtos

São reconhecidas no resultado quando são transferidos todos os riscos e benefícios ao comprador.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido à medida que há expectativa de realização, usando o método da taxa de juros efetiva.

(c) Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Consolidado:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) 5% e 10%;

Notas Explicativas

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 7% a 12%;
- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%;

Exceto, para controlada – Eucatex Agro-Florestal Ltda.

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;

Esses encargos são representados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

2.22. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis quando a construção tenha sido iniciada a partir de 1º de janeiro de 2009. A Companhia continua a contabilizar em despesa os custos de empréstimos relativos a projetos de construção iniciados antes de 1º de janeiro de 2009.

2.23. Lucro por ação - básico

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC41 (IAS 33).

A Companhia não possui títulos conversíveis em ações que pudessem ter efeito de diluição.

2.24. Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras, utilizadas para reflorestamento. Nesses contratos de arrendamentos, os riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo arrendador e assim são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos incorridos nos contratos de arrendamento operacional são registrados no custo de formação de ativos biológicos de forma linear durante o período de vigência desses contratos.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação, sendo depreciados pelas taxas informadas na Nota 16.

2.25. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, ao final de cada exercício, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia. Conforme previsto no

Notas Explicativas

Estatuto Social, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, atribuindo seus valores como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.26. Ativo não circulante mantido para a venda e resultado de operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos. Desta forma, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida. A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para a venda.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, quando aplicável.

2.27. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto de acordo com o CPC 3 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

2.28. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações trimestrais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- **IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)** - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas Informações contábeis consolidadas da Companhia.

- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade

Notas Explicativas

administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Informações contábeis consolidadas.

• **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo** - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas Informações contábeis consolidadas da Companhia.

• **IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital** - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas Informações contábeis consolidadas.

Melhorias para IFRS – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 – Combinação de negócios.
- IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Sumário das práticas contábeis modificadas e demonstração dos efeitos no resultado e no patrimônio líquido – conciliação entre os critérios contábeis anteriores e IFRS

As principais alterações nas práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) **Custo atribuído (*Deemed Cost*)**

Corresponde a atribuição de um novo custo a determinadas classes de ativos imobilizados, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados pela Companhia com apoio de Consultores externos. A atribuição de um novo custo aos terrenos (fazendas) da controlada Eucatex Agro-Florestal totalizou o montante bruto de R\$136.034. Os ajustes de custo atribuído (*deemed cost*), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos foram registrados em contrapartida da rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, em 1º de janeiro de 2009, no valor de R\$89.782 líquido de IR e CSLL diferidos.

(b) **IFRS 8/CPC 22 - "Informações por Segmento"**

A Companhia está divulgando as informações segmentadas de acordo com o seu modelo de negócio atual, segregado em Madeira e Tintas (**Nota 31**).

Notas Explicativas

(c) IAS 41/CPC 29 – “Ativos Biológicos”

Os ativos biológicos, representados pelas florestas em formação, foram mensurados ao valor justo menos as despesas de venda. Anteriormente, esses ativos eram registrados ao custo histórico. A exaustão do valor justo foi calculada com base no corte e uso das florestas e registrado no “Custo das vendas”.

(d) IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o lucro

De acordo com o novo pronunciamento técnico, os créditos e diferenças temporárias devem ser registrados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros para os quais esses créditos e diferenças temporárias possam ser utilizados, independentemente do prazo máximo estipulado na legislação anterior.

(e) IAS 33/CPC 41 – “Lucros por Ação” (básico e diluído)

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro líquido do período para as operações em continuidade, considerando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferências, emitidas pela Companhia durante o período. As ações preferenciais têm direito de dividendos 10% superiores aos das ações ordinárias. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, o lucro por ação era calculado levando-se em consideração a totalidade das ações emitidas, independentemente de sua classe (ordinária e preferencial), na data de encerramento das demonstrações contábeis. A Companhia não possui títulos conversíveis em ações que poderiam ter efeito de diluição.

(f) IAS 28/CPC 18 - "Investimento em Coligada e em Controlada"

Os resultados não realizados em operações de venda de ativos da controladora para uma controlada foram eliminados nos balanços individuais, de forma a eliminar as diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado individual e consolidado.

(g) IAS 23/CPC 20 – “Custos de Empréstimos”

A Companhia capitalizou os juros sobre empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de seus ativos qualificáveis. Outros custos foram reconhecidos como despesas.

(h) IAS 16/ICPC10 - "Deemed Cost"

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela deliberação CVM nº 619/09, em 2010 a Companhia revisou a vida útil-econômica estimada de seus principais itens do ativo imobilizado para o cálculo da depreciação, ajustando retrospectivamente as demonstrações financeiras para fins de comparação.

Notas Explicativas

Resultado	Controladora	Consolidado
	31/3/2010	
Lucro líquido antes dos novos pronunciamentos	12.930	14.023
Variação valor justo dos ativos biológicos	10.748	10.748
Custo dos produtos vendidos - exaustão valor justo ativos biológicos	(7.272)	(7.272)
Custo dos produtos vendidos - reavaliação da vida útil do imobilizado	2.869	2.832
Capitalização do juros efeito no resultado	1.549	1.549
IR/CS diferido s/ os ajustes	(1.502)	(1.515)
Resultado da equivalência	282	-
Efeito nos lucros não realizados	761	-
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	7.435	6.342
Lucro líquido após os novos pronunciamentos	20.365	20.365

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

Nas demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. Estas estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias, elaboradas com a utilização das informações disponíveis na data. Portanto, as demonstrações financeiras incluem várias estimativas. As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

- **Valor Justo do Ativo Biológico**

A Companhia adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com os métodos estabelecidos pelo CPC 29 / IAS 41. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas, como preço de venda, quantidade cúbica de madeira podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente na valorização ou desvalorização desses ativos.

- **Recuperação de propriedades e equipamentos**

Com base em fluxos de caixa futuros a Companhia avalia a capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas suas atividades e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

- **Revisão da vida útil**

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição. As estimativas de vida útil são realizadas por consultores externos.

- **Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais

Notas Explicativas

como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

5. Instrumentos Financeiros e Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

5.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.306	5.480	4.306	5.480
Títulos e Valores Mobiliários	30.133	2.353	30.133	2.353
Contas a Receber, liquidas	160.361	150.581	160.361	150.581
Impostos a recuperar	28.256	28.947	28.256	28.947
Outros ativos	89.865	113.688	89.865	113.688
Total	312.921	301.049	312.921	301.049
Passivos Financeiros				
Empréstimos e Financiamentos - circulante e não circulante	172.729	161.153	180.047	169.142
Contas a pagar e Fornecedores	127.983	145.339	127.983	145.339
Dividendos	21.295	21.295	21.295	21.295
Impostos a pagar circulante e não circulante	147.083	145.278	147.083	145.278
Outras obrigações	18.261	24.975	18.261	24.975
Total	487.351	498.040	494.669	506.029

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Notas Explicativas

- b. A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos derivativos de nível 2, utiliza-se das seguintes técnicas de avaliação:
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

5.2 Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos;
- b) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); e
- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e Financiamento		172.729	
Valor justo dos derivativos		255	

5.3 Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, derivativos e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 se aproximam dos valores de mercado.

Para linhas de crédito em moeda estrangeira os principais riscos estão associados à variação cambial e a variação da taxa libor.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos e financiamentos a Companhia possui linhas de Finame, Capital de Giro, Finimp, Pré-Pagamento de exportação e ACC, todas se apresentam divulgadas pelo valor de mercado. As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua

Notas Explicativas

maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 10,75% para o ano de 2010 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	CDI	11,75%	8,81%	5,88%
Aplicação Financeira Posição 31.03.2011		3.541	2.656	1.770

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de março de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e nas taxas de câmbio (US\$) vigentes em 31 de março de 2011, foi definido o cenário provável para o ano de 2011 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2011. A data base utilizada para os empréstimos e financiamentos foi 31 de março de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Correção da TJLP		6,00%	7,50%	9,00%
Financiamentos – BNDES	TJLP	1.243	1.554	1.864
Varição cambial		6,00%	7,50%	9,00%
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira (1)	US\$	7.671	9.588	11.506
Alteração no CDI		11,75%	14,69%	17,63%
Empréstimos e Financiamentos em reais		2.840	3.550	4.260

Análise de sensibilidade

Para as operações cambiais com risco de flutuação do dólar, a partir da taxa de câmbio de 31 de março de 2011 de R\$1,6360 por US\$1,00, foram estimados ajustes para quatro cenários:

- Cenário 1: (25% de valorização do real) taxa de R\$ 1,2270 por US\$1,00;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) taxa de R\$ 0,8180 por US\$1,00;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) taxa de R\$ 2,0450 por US\$1,00;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) taxa de R\$ 2,4540 por US\$1,00.

5.4 Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Notas Explicativas

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado no seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Em 31 de março de 2011 a Companhia possuía dois contratos de NDF (Non Deliverable Forward), cujo valor contratado totaliza US\$ 2.100.000, com vencimento em junho de 2011 e posição comprada em dólar. A Companhia contratou esta operação com o objetivo de transformar passivos denominados em Dólares para Reais. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (Ptax)

Risco	Valor de referência do dólar	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		-25%	-50%	25%	50%
	1.6360	1.2270	0.8180	2.0450	2.4540
Flutuação do dólar	2.100	2.100	2.100	2.100	2.100
Posição na moeda funcional BRL	3.436	2.577	1.718	4.295	5.153
Dólar contratado					
	1.7530	600	1.052	1.052	1.052
	1.7590	1.500	2.639	2.639	2.639
		3.691	3.691	3.691	3.691
Ajustes em relação ao valor de referência na moeda funcional em 31/12/10	(255)	(1.114)	(1.973)	604	1.462

Valor Justo

Os resultados gerados pelos contratos de Derivativos registrados em resultado financeiro em 31 de março de 2011 foi de R\$ (255).

5.5 Fatores de Risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito

A Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pelo Grupo têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros alavancados.

a) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

Notas Explicativas

Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia monitora, periodicamente, a exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, sendo que a mesma adota a política de efetuar hedge somente para os vencimentos de curto prazo.

Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e das disponibilidades:

<i>Consolidado</i>	<i>31/3/2011</i>	<i>31/12/2010</i>
<i>Empréstimos e financiamentos:</i>		
<i>Dólar norte-americano</i>	<i>111.367</i>	<i>113.193</i>
<i>Euro</i>	<i>12.094</i>	<i>11.477</i>
<i>Total (1)</i>	<i>123.461</i>	<i>124.670</i>
<i>Disponibilidades e conta a receber:</i>		
<i>Dólar norte-americano</i>	<i>6.920</i>	<i>4.387</i>
<i>Euro</i>	<i>7</i>	<i>7</i>
<i>Total (2)</i>	<i>6.927</i>	<i>4.394</i>
<i>Exposição líquida (1 - 2):</i>		
<i>Dólar norte-americano</i>	<i>104.447</i>	<i>108.806</i>
<i>Euro</i>	<i>12.087</i>	<i>11.470</i>
<i>Total</i>	<i>116.534</i>	<i>120.276</i>

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições que considera sólidas.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. A Companhia possui linhas de crédito aprovadas com instituições financeiras para capital de giro.

Gestão de capital

Notas Explicativas

O objetivo principal da administração de capital da Eucatex é assegurar a disponibilidade de linhas de crédito visando fazer face a manutenção da liquidez da Companhia e a obtenção de taxas de juros compatíveis com a sua atividade, visando maximizar o retorno ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de março de 2011 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos	168.752	158.155	172.729	161.153
(-) Caixa e equivalente de caixa e TVM	(5.870)	(7.075)	(34.439)	(7.833)
Dívida líquida	162.882	151.080	138.290	153.320
Patrimônio líquido	961.175	936.873	961.175	936.873
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.124.057	1.087.953	1.099.465	1.090.193

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Numerários	123	119	192	189
Bancos conta movimento	3.989	4.693	4.114	5.291
Total	4.112	4.812	4.306	5.480

7. Títulos e valores mobiliários

Refere-se a títulos disponíveis para venda. O saldo de R\$ 30.133 em março de 2011 (R\$ 2.353 em dezembro de 2010) está representado principalmente por certificados de depósitos bancários CDB. A taxa média de remuneração das aplicações foi de 100%.

8. Contas a receber de clientes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Cientes Nacionais	107.615	106.546	164.716	160.589
Cientes Exterior	4.351	1.765	6.783	4.250
Cessão de Crédito (1)	(7.056)	(10.160)	(7.056)	(10.160)
Crédito de liquidação duvidosa	(3.206)	(3.206)	(3.756)	(3.756)
Total	101.704	94.945	160.688	150.923
Ativo Circulante	101.704	94.945	160.361	150.581
Ativo Não Circulante	-	-	326	342
Total	101.704	94.945	160.687	150.923

- 1) Refere-se à operação de cessão de créditos com instituição financeira sem qualquer direito de regresso e cobrança, exceto pelo não cumprimento de condições comerciais inerentes ao processo de venda. Em 31 de março de 2011 não há qualquer ato ou fato que possa ensejar opção pela devolução ou o não pagamento de qualquer dos créditos. Os juros médios incidentes na operação são de 1,1% a.m, registrados na rubrica despesas financeira.

- a. A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
A vencer	109.382	102.766	167.493	156.713
Vencidos até 30 dias	675	1.476	1.010	2.074
Vencidos de 31 a 60 dias	197	332	232	493
Vencidos de 61 a 90 dias	173	112	214	183
Vencidos de 91 a 180 dias	435	534	653	641
Vencidos a mais de 180 dias	1.104	3.091	1.897	4.735
TOTAL	111.966	108.311	171.499	164.839

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

b. Créditos de liquidação duvidosa :

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	(3.206)	(1.440)	(3.756)	(1.728)
Adições	-	(3.010)	-	(3.598)
Baixa	-	1.244	-	1.570
Saldo Final	(3.206)	(3.206)	(3.756)	(3.756)

9. Estoques

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Produtos Acabados	19.754	15.686	27.920	27.264
Produtos Semi-acabados	13.313	7.093	13.546	7.367
Mercadoria para Revenda	60	60	73	157
Produtos em Elaboração	4.822	5.171	7.146	7.591
Materiais poder de Terceiros	3.430	3.844	3.583	3.897
Materia-prima	14.883	14.775	20.652	20.736
Almoxarifado e Outros	9.494	9.673	11.496	11.712
Adiantamento Fornecedores	1.431	2.353	3.128	3.807
Provisão para perdas em estoques	(1.500)	(1.500)	(1.458)	(1.500)
Total	65.687	57.155	86.086	81.031

() Provisão para perdas em estoques: para itens com baixa movimentação e sem previsão de uso definido por meio do programa de vendas, são constituídas provisões para cobrir eventuais perdas para estoque.*

10. Impostos a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Impostos Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) (1)	19.600	20.068	19.926	20.800
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	2	2	65	65
PIS/COFINS	2.057	2.490	2.041	2.551
IRPJ/CSLL - Corrente	7.914	9.618	11.386	12.061
Outros Impostos	306	264	5.218	4.339
Total	29.879	32.442	38.636	39.816
Circulante	19.499	21.573	28.256	28.947
Não Circulante	10.380	10.869	10.380	10.869
Total	29.879	32.442	38.636	39.816

Notas Explicativas

- (1) Representado, principalmente, pelo crédito relativo às aquisições de ativo imobilizado, a valor presente, e que está sendo utilizado à razão mensal de 1/48 avos, conforme legislação fiscal vigente. O cálculo do ajuste a valor presente foi realizado em 31 de março de 2011 e monta R\$ 4.019 (R\$ 3.868 em 31 de dezembro de 2010) e foi calculado tomando como base a taxa selic de 11,17% em 2011 (10,75% em 2010).

a) Segregação Aproveitamento ICMS a Longo Prazo

	31/3/2011	31/12/2010
2012	6.317	6.615
2013	3.441	3.603
2014	622	651
Total	10.380	10.869

11. Outros créditos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Adiantamento de Folha de Pagamento	890	1.030	1.216	1.607
Outros valores a receber (1)	107	261	2.257	57.021
Creditos Diversos	4.395	4.398	4.399	4.419
Precatórios a Receber (2)	12.820	12.820	16.396	16.396
Total	18.212	18.509	24.268	79.443
Circulante	995	1.290	3.473	31.996
Não Circulante	17.217	17.219	20.795	47.447
Total	18.212	18.509	24.268	79.443

- (1) O saldo está representado por:

- a) Venda da Fazenda Santa Luzia localizada no município de Itu pelo valor de R\$ 85 milhões. O saldo a receber em 31 de março de 2011 é de que foram que serão pagos da seguinte forma: R\$ 20 milhões após a efetivação do registro da escritura de venda e compra no Registro de Imóveis de Itu previsto no início de novembro de 2010, e o saldo remanescente de R\$ 56,1 milhões foram parcelados 25 meses, com parcelas mensais de R\$ 2,2 milhões cada uma, atualizadas com base na variação de 80% do CDI a partir de 01 de julho de 2010.

No mês de março a Eucatex antecipou o recebimento das parcelas vincendas da venda fazenda Santa Luzia através de Cessão de Crédito, o valor da referida cessão foi creditado em 30 de março de 2011, não restando assim saldo a receber.

- b) Diversos contratos de venda de imóveis, equipamentos e cessão do direito de uso de marcas para DDL Indústria Metalúrgica Ltda. com prazo de recebimento iniciado em 09 de março de 2010 e término em 09 de setembro de 2011;

- (2) Refere-se a créditos precatórios adquiridos pela Companhia em 2006, 2007 e 2010 em forma de precatório, respectivamente contra a União e o Instituto

Notas Explicativas

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), oriundos de uma ação de desapropriação, Processo nº 87.101.1358-4 perante a 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná e precatórios oriundo do processo junto a 11ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, cuja ação foi julgada procedente e transitada em julgado, oriundo do Precatório nº 04688/08, Ordem Cronológica nº 1124/09 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, expedido em favor da Associação dos Aposentados e Pensionistas da VASP.

12. Propriedade para investimentos

O saldo de R\$ 30.160 refere-se a: uma fazenda localizada na cidade de Salto denominada "Rancho Feliz", com metragem aproximada de 2,0 milhões de m². Essa propriedade foi objeto de um contrato de parceria com empresas do setor imobiliário para realização de um projeto visando à venda de lotes residenciais e comerciais.

A área a ser comercializada, após realização da infra-estrutura será de aproximadamente 1,2 milhões de m² e o VGV (Valor Geral de Vendas) estimado do projeto é de R\$ 250 milhões e a Companhia terá 38% livre de ônus sobre esse total.

Uma vez que o projeto depende da liberação de órgãos públicos para seu início, estima-se que o prazo para realização da receita se dará ao longo de 7 anos. A propriedade está registrada pelo seu custo histórico.

13. Investimentos

A Companhia participa indiretamente na empresa AD Argilas Descorantes Ltda., em 99%, por meio da sociedade Eucatex Tintas e Vernizes Ltda., na Eucatex Tintas e Vernizes Ltda., em 2,07%, por intermédio da sociedade Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda., na Eucatex Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., e na Eucatex Nordeste Indústria e Comércio Ltda., em 99% por meio da sociedade Eucatex Agro Florestal Ltda.

Os lucros não realizados nas vendas de controladas para a controladora foram eliminados no cálculo da equivalência patrimonial:

a. Informações relativas às controladas:

Descrição	Participações								Resultado da equivalência patrimonial		Investimentos	
	País Sede	Milhares de ações ou quotas	Porcentagem	Capital Social	Lucro/Prejuízo	Lucro/Prejuízo	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/12/2010
					31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/12/2010				
Eucatex Tintas e Vernizes Ltda	Brasil	85.895	97,93	87.709	2.346	2.303	47.390	45.016	2.207	2.182	46.260	44.082
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda	Brasil	899	99,99	899	13	2	1.814	1.800	13	2	1.814	1.800
Eucatex of North America, Inc.	EUA	100	100,00	177	(98)	324	998	1.118	(98)	324	998	1.118
Tamboré Ind. e Com Prod. Mat. Ltda	Brasil	9.891	99,99	9.891	(25)	(85)	1.240	1.265	(25)	(85)	1.240	1.265
Eucatex Comercial e Logística Ltda	Brasil	100	99,99	100	(230)	867	5.438	5.669	(230)	867	5.438	5.669
Novo Pharma Agro-Florestal Ltda	Brasil	10	99,99	10	-	-	10	10	-	-	10	10
Eucatex Agro-Florestal Ltda	Brasil	413.772	99,99	413.772	15.308	8.983	605.595	590.287	14.940	8.977	605.595	590.287
Eucatex Distribuidora de Energia	Brasil	100	99,99	100	-	-	100	-	-	-	-	-
Eucatex Nordeste	Brasil	100	99,99	100	-	-	100	-	-	-	-	-
									16.807	12.267	661.475	644.231

b. Movimentação dos investimentos na controladora:

Notas Explicativas

Descrição	Saldo em 31.12.2010	Equivalência Patrimonial	Variação Cambial	Distribuição de lucros	Aporte	Baixas de investimentos	Lucros/Prejuízos não realizados em controladas	Saldo em 31.03.11
Eucatex Tintas e Vernizes Ltda	44.082	2.207					90	46.379
Eucatex Distribuidora de Solventes LTDA	1.800	14						1.814
Eucatex of North America, Inc.	1.118	(98)	(22)					998
Tamborê Ind. e Com. Prod. Met. Ltda	1.265	(25)						1.240
Eucatex Química Comercial Ltda.	5.669	(231)						5.438
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda.	10	-						10
Eucatex Agro-Florestal Ltda	590.287	14.940					369	605.596
Outros Investimentos	-	-					-	-
	644.231	16.807	(22)	-	-	-	459	661.475

14. Partes Relacionadas

Transações com sociedades relacionadas

	Contratos de mútuo - ativos		Contratos de mútuo/AFAC -		Receitas - juros de mútuo		Despesas - juros de mútuo		Contas a receber		Compras de matérias-primas e		Receitas de vendas	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Eucatex S.A.	-	-	-	-	2.995	1.747	3.381	2.202	-	-	40.499,00	20.123,00	3.920,00	10.781,00
Eucatex Distribuidora de Solventes Ltda	2.819	-	-	-	134	13	70	33	-	-	-	-	2.776	2.015
Eucatex of North America Inc.	-	-	-	-	-	-	-	-	4.387	5.701	3.029	5.637	-	-
Novo Prisma Agro-Florestal Ltda	-	-	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eucatex Tintas e Vernizes Ltda	86.396	77.022	-	-	3.822	2.462	2.511	1.781	-	-	2.795	2.163	45.219	31.677
AD Amêlis Decorativas Ltda	15	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tamborê Ind. e Com. Prod. Met. Ltda	-	-	-	-	37	38	-	-	8	-	-	-	-	-
Eucatex Comercial e Logística Ltda	-	-	116.544	100.146	3.272	1.785	3.821	2.453	-	-	20.944	25.236	-	-
Eucatex Agro-Florestal Ltda	-	-	29.981	-	133	420	1	8	-	-	-	26	12.317	8.712
Eucatex Agro-Florestal Ltda	316	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-
Total	88.546	77.036	146.535	100.156	9.793	6.465	9.793	6.465	4.387	5.701	67.261	53.185	84.232	53.185

As transações realizadas entre as sociedades relacionadas referem-se, substancialmente, a compras e vendas de produtos efetuados com preços, prazos e condições definidas entre as partes. Estas operações são realizadas entre a controladora e suas controladas, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação.

As principais transações envolvendo a Companhia e suas controladas referem-se ao fornecimento de chapas de madeira para Eucatex North América e de pisos, portas e tintas e vernizes para Eucatex Comercial e Logística. Já em relação às compras de insumos as controladas Eucatex Tintas e Vernizes Ltda. e Eucatex Agro florestal Ltda. são fornecedores de matérias-primas tintas e vernizes e madeira em pé, respectivamente para sua controladora Eucatex S.A.

Conforme mencionado na nota 22 "Contas a pagar" a Companhia possuía obrigações com acionistas em 31 de março de 2011 no montante de R\$11.358, e em 31 de dezembro de 2010 R\$ 16.750.

b. Remuneração da administração

A Assembléia Geral Ordinária (AGO) não definiu limite de remuneração global anual dos administradores da Companhia. Em 31 de março de 2011, a Companhia pagou aos administradores e diretores a título de remuneração, R\$1.463 (R\$1.372 em março de 2010).

	31/03/2011	31/03/2010
Honorários do Conselho Administração	6	9
Honorários da Diretoria Estatutária	1.457	1.363

Não há benefícios adicionais para a administração.

15. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia estão representados pelas florestas em formação de eucalipto que são utilizadas como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011 a Companhia possuía através da sua subsidiária integral Eucatex Agro-Florestal Ltda., aproximadamente 27 mil hectares em áreas de efetivo plantio (26 mil hectares em 31 de dezembro de 2010), que são cultivadas no estado de São Paulo nas regiões de Botucatu e Salto.

Não foi possível identificar a existência de um mercado ativo ou mercado ativo relevante para o ativo biológico analisado, motivo pelo qual se optou por mensurar o valor justo do ativo biológico através do cálculo do valor presente do fluxo de caixa líquido esperado do ativo, descontado à taxa corrente do mercado.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa líquido – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio.
- Taxa de Desconto: taxa corrente de mercado apropriada para trazer os fluxos de caixa considerados a valores presentes nas datas de mensuração.
- Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico, através de pesquisas de mercado divulgadas por empresas especializadas, além dos preços praticados em operações de compra e venda realizada pela Companhia. O preço líquido médio de venda considerado foi de R\$ 45,24 / m³ (R\$ 45,24 / m³ em 2010). A taxa de desconto utilizada foi de 8,8% em 2010 e 2011, antes do imposto de renda e descontada a inflação.
- Volumes – consideram o ciclo médio de colheita de 7 anos, e foram projetados com base na produtividade média considerando o (“IMA” – Incremento Médio Anual) de 45 m³ / hectare. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira.
- Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos ao final de cada exercício.
- A avaliação dos valores justos dos ativos biológicos foi efetuada pela administração.

b) Composição/Movimentação dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2010	223.696	Saldo em 31/12/2009	197.503
Cortes efetuados no exercício	(12.375)	Cortes efetuados no exercício	(40.914)
Variação no valor justo	11.181	Ganho na atualização do valor justo	36.091
Outras adições	7.119	Adições	31.016
Saldo em 31/3/2011	229.621	Saldo em 31/12/2010	223.696

16. Imobilizado

a) Composição e Movimentação

Notas Explicativas

CONTROLADORA	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Moveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Em 31/12/2010								
Saldo inicial	625	35.818	236.709	326.454	1.225	2.867	822	604.520
Aquisições	54	-	1.114	30.224	32	7	31	31.462
Baixas	(54)	-	(1.833)	-	-	(163)	-	(2.050)
Depreciações	-	(526)	(9.050)	-	(54)	(146)	(26)	(9.802)
Transferências	-	35.493	260.458	(295.496)	-	123	209	787
Saldo contábil, líquido	625	70.785	487.398	61.182	1.203	2.688	1.036	624.917
Saldo inicial em 31/12/2010								
Custo	625	102.120	755.342	61.182	3.486	5.896	1.778	930.429
Depreciação acumulada	-	(31.335)	(267.944)	-	(2.283)	(3.208)	(742)	(305.512)
Saldo contábil, líquido	625	70.785	487.398	61.182	1.203	2.688	1.036	624.917
Em 31/03/2011								
Saldo inicial	625	70.785	487.398	61.182	1.203	2.688	1.036	624.917
Aquisições	-	-	81	29.460	97	-	16	29.654
Baixas	-	-	(23)	-	-	(93)	-	(116)
Depreciações	-	(944)	(9.306)	-	(53)	(132)	(38)	(10.473)
Transferências	-	(487)	25.086	(25.023)	10	99	315	-
Saldo contábil, líquido	625	69.354	503.236	65.619	1.257	2.562	1.329	643.982
Saldo inicial em 31/03/2011								
Custo	625	101.633	775.436	65.619	3.592	5.851	2.109	954.865
Depreciação acumulada	-	(32.279)	(272.200)	-	(2.335)	(3.289)	(780)	(310.883)
Saldo contábil, líquido	625	69.354	503.236	65.619	1.257	2.562	1.329	643.982

CONSOLIDADO	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Moveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Em 31/12/2010								
Saldo inicial	362.228	54.031	241.680	328.345	1.305	2.934	907	991.430
Aquisições	54	-	1.102	30.310	33	7	32	31.538
Baixas	(30.214)	-	(1.833)	-	-	(163)	-	(32.210)
Depreciações	-	(761)	(9.218)	-	(57)	(151)	(26)	(10.213)
Transferências	-	35.493	260.458	(295.496)	-	123	209	787
Saldo contábil, líquido	332.068	88.763	492.189	63.159	1.281	2.750	1.122	981.332
Saldo inicial em 31/12/2010								
Custo	332.068	136.481	775.112	63.159	4.047	6.341	1.865	1.319.073
Depreciação acumulada	-	(47.718)	(282.923)	-	(2.766)	(3.591)	(743)	(337.741)
Saldo contábil, líquido	332.068	88.763	492.189	63.159	1.281	2.750	1.122	981.336
Em 31/03/2011								
Saldo inicial	332.068	88.763	492.189	63.159	1.281	2.750	1.122	981.336
Aquisições	-	3	88	29.719	103	-	17	29.930
Baixas	(33)	-	(23)	-	-	(93)	-	(149)
Depreciações	-	(1.178)	(9.473)	-	(54)	(140)	(38)	(10.883)
Transferências	-	(167)	25.983	(26.408)	20	257	315	-
Saldo contábil, líquido	332.035	87.421	508.764	66.470	1.350	2.774	1.416	1.000.230
Saldo inicial em 31/03/2011								
Custo	332.035	136.317	796.102	66.470	4.173	6.455	2.197	1.343.749
Depreciação acumulada	-	(48.896)	(287.338)	-	(2.823)	(3.681)	(781)	(343.519)
Saldo contábil, líquido	332.035	87.421	508.764	66.470	1.350	2.774	1.416	1.000.230

(*) A Companhia possui cinco contratos de arrendamento mercantil financeiros registrados na rubrica veículos.

b) Imobilizações em andamento

As Imobilizações em andamento referem-se substancialmente a construções, máquinas, equipamentos, instalação e construção civil.

A Companhia adota o procedimento de capitalizar os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, a construção ou à produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo, quando possível mensurar com segurança através de suas linhas de financiamento.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário pra executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Em 31 de março de 2011 não houve capitalização de juros, pois os ativos não faziam parte das linhas de financiamento.

Notas Explicativas

c) Método de depreciação

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela deliberação CVM nº 619/09, a Companhia revisou a vida útil-econômica estimada de seus principais ativos (máquinas, equipamentos e instalações industriais).

Taxas anuais de depreciação	Revisado	Anterior
Edifícios e benfeitorias	2,98%	3,30%
Maquinas, equipamentos e instalações	6,09%	8,41%
Moveis e utensilios	5,73%	8,30%
Veiculos	10% a 20%	10% a 20%
Outros ativos	6,60%	15,72%

d) Adoção do custo atribuído (*Deemed cost*)

Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS pela atribuição de custo ao ativo imobilizado somente para a classe de terras florestais, conforme estabelecido pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16).

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado pela administração gerando uma mais valia de R\$136.034 ao custo anterior de R\$ 226.107 registrado no ativo imobilizado da controlada Eucatex Agro-Florestal Ltda. Sobre o saldo constitui-se imposto de renda e contribuição social diferido passivo no valor de R\$46.251. A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de "Ajustes de avaliação patrimonial", líquidos dos impostos incidentes.

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*Impairment*)

A Companhia preparou para as datas de 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 análises do Valor em Uso de suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC) com base nos respectivos Fluxos de Caixa Descontados, os quais foram preparados de acordo com os planos de negócios aprovados pela administração. Com base nos estudos, não foram identificados indicadores que pudessem reduzir os valores de realização dos respectivos ativos.

A Companhia não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

17. Intangível

Notas Explicativas

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Software	Marcas e Patentes	Total	Software	Marcas e Patentes	Total
Em 31/12/2010						
Saldo inicial	158	467	625	324	482	806
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	(38)	(15)	(53)	(54)	(18)	(72)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	120	452	572	270	464	734
Saldo inicial em 31/12/2010						
Custo	1.571	831	2.402	2.147	1.024	3.171
Amortização acumulada	(1.434)	(396)	(1.830)	(1.877)	(560)	(2.437)
Saldo contábil, líquido	137	435	572	270	464	734
Em 31/03/2011						
Saldo inicial	137	435	572	270	464	734
Aquisições	1	-	1	1	-	1
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	(10)	(15)	(25)	(25)	(18)	(43)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	128	420	548	246	446	692
Saldo inicial em 31/03/2011						
Custo	1.572	831	2.403	2.148	1.024	3.172
Amortização acumulada	(1.444)	(411)	(1.855)	(1.902)	(578)	(2.480)
Saldo contábil, líquido	128	420	548	246	446	692
Taxa média de amortização	20%	10%		20%	10%	

18. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Vencimento	Encargos	Amortização	Garantia	Controladora		Consolidado	
					31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Circulante						Reapresentado		Reapresentado
Capital de Giro	-	100% CDI + 4,56% a.a	-	Duplicatas	10.601	2.570	10.605	2.575
Credito Rural	set/2014	10,15% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	982	701	982	701
Finame	jun/2020	6,07% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	2.084	2.175	2.084	2.175
BNDES EXIM	dez/2011	7% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	12.049	16.055	12.049	16.055
SACE (2)	abr/2015	4,65% a.a	Semestral	Nota Promissória	3.032	2.361	3.032	2.361
Finimp	nov/2011	5,97% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas/Alienação Fiduciária	37.496	38.397	41.468	41.390
ACC/Pre Pagamento	out/2011	5,82% a.a à 6% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas	24.223	23.956	24.223	23.956
Pré-Pagamento-Exportação (1)	dez/2011	LIBOR + v.c. dolar	Trimestral a partir de 2008	Nota Promissória	9.609	11.250	9.609	11.250
Leasing	dez/2011	1,20 à 1,60% a.m.	Mensal	Equiptos	179	255	179	255
Total Circulante					100.255	97.720	104.231	100.718
Não circulante								
Capital de Giro	-	100% CDI + 4,56% a.a	-	Duplicatas	9.782	-	9.782	-
Leasing		1,20 à 1,60% a.m.	Mensal	Equiptos.	-	-	-	-
Credito Rural	set/2014	10,15% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	2.621	2.874	2.621	2.874
Finimp	abr/2012	5,97% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas/Alienação Fiduciária	90	6.134	90	6.134
Finame	jun/2020	6,07% a.a	Mensal	Alienação Fiduciária	6.582	7.097	6.582	7.097
SACE (2)	abr/2015	4,65% a.a	Semestral	Nota Promissória	9.062	6.974	9.062	6.974
Pre Pagamento	out/2012	5,82% a.a à 6% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas/Alienação Fiduciária	6.296	6.460	6.296	6.460
Pré-Pagamento-Exportação (1)	mai/2014	LIBOR + v.c. dolar	Trimestral a partir de 2008	Nota Promissória	30.619	30.896	30.619	30.896
ACC/Pre Pagamento		5,82% a.a à 6% a.a + v.c. dolar	Mensal	Duplicatas	3.446	-	3.446	-
Total Não Circulante					68.498	60.435	68.498	60.435
Total Geral					168.752	158.155	172.729	161.153

(1) Refere-se a contratos de pré-pagamento de exportação junto ao Deutsche Bank Service Uruguay S/A, renegociado no plano de recuperação judicial aprovado em 19/09/07, com amortização em 28 parcelas trimestrais após um período de carência de três anos, com taxa de juros LIBOR de seis meses. Os saldos das operações de empréstimo estão registrados de acordo com os atos aprovados na Assembléia Geral de credores, que aprovou o plano de recuperação judicial. A Companhia não recebeu qualquer notificação de

Notas Explicativas

vencimento do referido empréstimo e, sendo assim, a Administração notificou os representantes legais do banco para realizar o pagamento devido. O Plano de Recuperação prevê que caso ocorra inadimplência nas amortizações dentro do cronograma estabelecido, o valor da dívida seria recalculado. Em 17 de março de 2011, a Companhia efetuou pagamento no montante de US\$ 892 mil, sendo o principal US\$ 843 e US\$ 49 mil de juros.

Como garantia dos empréstimos e dos financiamentos foram oferecidos, máquinas e equipamentos e a fazenda Santa Terezinha que tem valor justo de R\$ 82.638. Além desses a Companhia oferece como garantia aproximadamente 50% do saldo de duplicatas dos clientes nacionais.

(2) A Companhia obteve financiamento de equipamento junto aos seus fornecedores, que obtém em seus países de origem linhas de bancos oficiais, com custos competitivos e prazos adequados.

Os empréstimos a longo prazo possuem os vencimentos a seguir demonstrados:

Ano de vencimento	Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
2012		24.085
2013	31.632	10.105
2014	11.411	9.699
2015	9.883	6.123
2016	6.588	6.123
2017	6.382	3.314
2018	1.972	505
2019	501	452
2020	366	29
2021	18	-
Total	68.753	60.435

19. Fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Moeda Nacional	63.146	73.391	98.470	110.348
Moeda Estrangeira	2.163	2.357	2.044	2.332
Total	65.309	75.748	100.514	112.680

20. Obrigações trabalhistas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
PLR a Pagar	195	3.508	589	4.870
INSS a Recolher	2.011	1.996	3.148	3.029
FGTS a Recolher	389	564	495	743
Provisão de Férias e Encargos	8.430	9.313	10.654	11.987
Provisão de 13º salário e encargos	1.484	-	1.896	-
Total	12.509	15.381	16.782	20.629

21. Obrigações tributárias

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
IPÍ	2.457	1.963	2.458	1.964
PIS/COFINS	23	14	1.033	667
ICMS	2.935	1.604	4.834	3.057
ISS	110	23	146	53
IRPJ/CSLL	3.853	6.284	5.978	7.526
Outros	-	-	-	-
Total	9.378	9.888	14.449	13.267

22. Tributos parcelados

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
PPI-ICMS	4.667	4.779	4.668	4.779
REFIS IV	94.490	93.932	127.966	127.232
Total	99.157	98.711	132.634	132.011
Passivo Circulante	7.219	7.199	9.620	9.600
Passivo Não Circulante	91.938	91.512	123.014	122.411
Total	99.157	98.711	132.634	132.011

Com base na Lei nº 11.941/2009 de 27 de maio de 2009 e na Medida Provisória nº 470/2009 de 13 de outubro de 2009, a Companhia e suas controladas ingressaram com Pedido de Parcelamento Especial "REFIS IV" na Secretaria da Receita Federal, com migração do saldo devedor em aberto do Parcelamento Extraordinário do Ministério da Fazenda (PAEX) e inclusão de processos judiciais encerrados contra a Secretaria da Receita Federal no montante de R\$355.694. O impacto líquido da atualização do passivo tributário menos o valor de pagamento com prejuízos fiscais e redução de multa e juros foi no montante de R\$175.218 registrado na rubrica outras receitas e despesas operacionais em 31 de dezembro de 2009. A referida lei e a medida provisória prevêm a redução de multa, juros, encargos legais e pagamento com prejuízo fiscal. Em 31 de março de 2011, o valor total parcelado é de R\$127.966 a ser pago em 180 prestações mensais com parcela mínima a partir de setembro de 2009 até consolidação da dívida acrescida de juros correspondentes à variação mensal da SELIC.

A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das condições do mesmo. Em 31 de março de 2011, a Companhia está adimplente com os pagamentos.

Segue abertura dos valores estimados para o desembolso anual, uma vez que não ocorreu a homologação da dívida. Os valores abaixo foram estimados com base nos pagamentos realizados em 31 de março de 2011:

Cronograma de desembolso Refis IV	Controladora	Consolidado
	31/3/2011	
2012	6.480	8.880
2013	7.460	10.102
2014	7.460	10.102
2015	7.460	10.102
2016	7.460	10.102
2017	7.460	10.102
2018	7.460	10.102
2019	7.460	10.102
2020	7.460	10.102
2021	7.460	10.102
2022	7.460	10.102
2023	7.460	10.102
2024	5.950	7.964
Total	94.490	127.966

23. Contas a pagar

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Energia Elétrica	2.331	2.085	2.369	2.123
Fretes a Pagar	3.801	3.135	4.869	4.431
Comissões a pagar	2.383	2.273	3.181	2.983
Obrigações com Acionistas (1)	11.358	16.750	11.358	16.750
Outras	5.415	5.773	5.692	6.372
Total	25.288	30.016	27.469	32.659

Como parte do plano de recuperação judicial, a Companhia é garantidora de um preço mínimo de R\$7,747 por ação preferencial, atualizado pela variação do CDI, com relação às ações preferenciais oriundas da conversão das debêntures.

Os acionistas detentores destas ações preferenciais, quando da alienação das ações em até quatro anos da data de publicação da homologação do plano de recuperação judicial, têm o direito de requerer a diferença entre o preço mínimo base estabelecido e o valor negociado das ações se a venda for realizada por um preço inferior ao preço mínimo.

Como garantia da obrigação assumida foi oferecida uma fazenda de propriedade da controlada Eucatex Agro-Florestal Ltda com área de 2.139,47 hectares, cujo valor justo é de R\$34,8 milhões, em 31 de março de 2011.

24. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais.

Em 31 de março de 2011, encontra-se provisionado o montante de R\$99.831 (R\$100.950 em dezembro de 2010), o qual, conforme a Administração baseada na opinião de seus assessores legais, julga ser suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Impostos Estaduais	89.231	90.460	89.231	90.460
Impostos e Contribuições Federais	6.949	6.841	7.919	7.809
Provisões Trabalhistas	1.265	1.266	1.703	1.703
Provisões Cíveis e Outras	978	977	978	978
Total	98.423	99.544	99.831	100.950

As movimentações na provisão para demandas judiciais estão sumarizadas a seguir:

Notas Explicativas

Controladora	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2010	97.684	1.266	594	99.544
Atualização Monetária e Juros	2.285	-	-	2.285
Baixas	-	-	-	-
Provisão (Reversão)	(3.406)	-	-	(3.406)
Saldo Final em 31.03.2011	96.563	1.266	594	98.423

Consolidado	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2010	98.654	1.702	594	100.950
Atualização Monetária e Juros	2.287	-	-	2.287
Baixas	-	-	-	-
Provisão (Reversão)	(3.406)	-	-	(3.406)
Saldo Final em 31.03.2011	97.535	1.702	594	99.831

Impostos estaduais

Do total da provisão registrada em 31 de março de 2011, R\$89 milhões refere-se a créditos de ICMS decorrentes de encargos financeiros apurados nos exercícios de 1986 a 1996, e utilizados para compensação com impostos correntes. A discussão judicial sobre o direito ao crédito encontra-se pacificada através de trânsito em julgado, sem expressa definição quanto ao lapso temporal do direito de 5 ou 10 anos em janeiro de 2011 a Companhia obteve decisão administrativa final em auto de infração de créditos de ICMS, que reconheceu direito aos créditos decorrentes de agosto de 1991 a agosto de 1996 (5 anos). Embora tenha transitado em julgado a Companhia é requerida em diversos processos administrativos que discutem débitos compensados por meio destes créditos de ICMS, para os quais, em sua totalidade, não possuem provimento judicial ou administrativo definitivo. A Administração, considerando que ainda há discussão administrativa, necessidade de avaliação de créditos decaídos/prescritos, avaliação dos montantes dos créditos compensados com ganho final judicial ou administrativo e pendência de liquidação da sentença, decidiu por não reverter a provisão em 31 de março de 2011.

Impostos e contribuições

Refere-se a questionamento, administrativo e judicial, sobre a constitucionalidade da natureza, a composição da base de cálculo, as modificações de alíquotas e a expansão da base de cálculo de alguns tributos estaduais e federais e autos de infração, objetivando assegurar o não recolhimento ou a recuperação de valores julgados indevidos no passado.

Trabalhistas

Em 31 de março de 2011 a Companhia estava sujeita a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas instâncias do rito processual aguardando julgamento. Estas ações determinam um risco máximo total de R\$1.702. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

A Companhia está envolvida em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da administração e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi

Notas Explicativas

constituída para fazer face ao possível desfecho desfavorável destes. Os montantes desses processos, em 31 de março de 2011 são: tributário R\$ 92.145, trabalhistas e cíveis R\$ 1.888.

25. Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro Líquido	Controladora		Consolidado	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
GRUPO		Reapresentado		Reapresentado
RECEITAS				
AJUSTE A VALOR PRESENTE	-	36	1.132	36
DESCONTOS CONCEDIDOS / OBTIDOS	47	43	111	79
JUROS	5.493	(447)	5.597	(348)
JUROS MUTUO	2.395	1.747	9.792	6.466
OUTROS	183	102	190	107
VARIAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL	2.646	5.928	2.976	5.941
	10.764	7.409	19.798	12.281
DESPESAS				
AJUSTE A VALOR PRESENTE	283	(174)	212	(167)
DESCONTOS CONCEDIDOS / OBTIDOS	(772)	(322)	(771)	(330)
DESPESAS BANCARIAS	(319)	(273)	(470)	(393)
JUROS	(3.442)	(554)	(5.585)	(687)
JUROS MUTUO	(3.381)	(2.202)	(9.793)	(6.466)
OUTROS	(419)	(3)	(420)	(4)
VARIAÇÃO MONETÁRIA DOS IMPOSTOS	(4.598)	(3.751)	(5.377)	(4.460)
VARIAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL	(1.015)	(8.432)	(1.025)	(8.443)
	(13.663)	(15.711)	(23.229)	(20.950)
	(2.899)	(8.302)	(3.431)	(8.669)

26. Imposto de renda e contribuição social

a. Os componentes de impostos ativos e passivos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Diferenças temporárias das provisões para contingências	7.010	7.010	7.010	7.010
Diferimento da perda nos contratos de derivativos	250	250	250	250
Total ativo não circulante	7.260	7.260	7.260	7.260
Diferimento de reserva de reavaliação - controlada	-	3.989	-	4.739
Ajustes CPC's/IFRS - custo atribuído de terrenos - controlada	-	-	46.252	46.252
Ajustes CPC's/IFRS - alteração vida útil do imobilizado	7.670	5.733	7.794	5.897
Reavaliação de Ativo imobilizado	18.418	18.694	18.418	18.694
Total passivo não circulante	26.088	28.416	72.464	75.582
Saldo líquido no balanço - passivo	18.828	21.156	65.204	68.322

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social serão reconhecidos, contabilmente, com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos.

Os impostos diferidos sobre diferenças temporárias pela adoção dos novos CPC/IFRS, mencionados na nota 3 e estão refletidos no saldo acima.

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/3/2010	31/03/2011	31/3/2010
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	25.485	24.714	26.642	26.957
Aliquota	34%	34%	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.665	8.403	9.058	9.165
Adições / Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(5.714)	(4.171)	-	-
Realizações da Reserva de reavaliação	4.269	442	4.269	446
Provisões/(Reversões) contingências Tributárias	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Outras Adições e (Exclusões) Liquidas	(10.748)	(7.837)	(18.763)	(4.194)
Total	(12.194)	(11.566)	(14.494)	(3.748)
Efeitos Tributários - Lucro Presumido da Controladora Eucatex Agro - Florestal LTDA	-	-	(515)	(433)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(3.529)	(3.163)	(4.921)	(4.984)
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	2.368	(1.186)	3.118	(1.173)

27. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado, totalmente subscrito e integralizado em 31 de março de 2011 e de 31 de dezembro de 2010, é de R\$488.183, representado por 31.257.700 ações ordinárias e 61.361.556 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b. Reserva de lucros

b.1 - Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 - Reserva para investimento

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, com o objetivo de atender principalmente aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital, processos de modernização e manutenção das fábricas. A Administração proporá na Assembléia Geral da Companhia, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a retenção do referido saldo.

c. Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar corresponde à:

c.1 - Efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, o qual será utilizada na absorção do saldo da avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo apurado no resultado, mas que ainda não foram realizados economicamente e financeiramente. Após a realização efetiva do ativo biológico, por meio da exaustão dos ativos, a parcela do valor justo do ativo exaurido é transferida da reserva de lucros a realizar para as destinações legais do resultado auferido.

Notas Explicativas

d. Dividendos

Todas as ações têm assegurado o direito a dividendo obrigatório, não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira.

As ações preferenciais têm direito a dividendos superiores em 10% aos atribuídos às ações ordinárias, prioridade na percepção de quaisquer dividendos excedentes do dividendo obrigatório e, no reembolso, em caso da liquidação da Companhia, participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas provenientes da capitalização de reservas ou lucros em suspenso.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95 e Estatuto Social da Companhia, a Administração calculou juros sobre capital próprio sobre o patrimônio líquido, limitados a variação pro rata de da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, nos montantes brutos: i) R\$ 24.521, que sofreram retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$3.820, resultando em um valor líquido para os acionistas de R\$20.701, creditados em 31 de dezembro de 2010. O valor dos juros serão imputados aos dividendos sendo R\$ 0,248822 por ação ordinária e R\$ 0,273695 por ação preferencial.

Os juros sobre capital próprio, nos termos da Deliberação CVM nº 207/96, foram imputados à conta do dividendo mínimo obrigatório, por seu valor líquido de imposto de renda retido na fonte, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conta específica, devolvendo-os ao resultado e assim não afetando o lucro líquido final, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

Os dividendos em 31 de dezembro de 2010 foram calculados da seguinte forma:		2.010
Lucro líquido do exercício		119.997
Reserva legal		(6.000)
Constituição da reserva de lucros a realizar		(20.266)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		(8.553)
Lucro líquido base dividendos		85.178
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)		21.295
Juros sobre capital próprio		24.521
Imposto de renda na fonte sobre juros sobre capital próprio		(3.820)
Juros sobre capital próprio a pagar		20.701
Adicional de Juros sobre capital próprio		185
Juros sobre capital próprio aprovados		20.886
Dividendos adicional		409
Total de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		21.295
Dividendos por ação ordinária em reais		0,2156
Dividendos por ação preferencial em reais		0,2372

Dividendos complementares, superiores ao mínimo obrigatório serão aprovados na próxima assembleia geral.

- 1) *Reserva de Lucros a realizar referente a parcelas vencidas após o período de um ano referente à venda da Fazenda Santa Luzia;*
- 2) *Realização de ajuste de avaliação patrimonial que se refere ao impacto líquido no resultado da avaliação pelo valor justo dos ativos biológicos.*

e. Ações em tesouraria

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantinha 186.434 ações preferenciais em tesouraria. Estas ações são mantidas em tesouraria para alienação futura. O valor de mercado de cada ação preferencial em 31 de março de 2011 era de R\$8,96 por ação totalizando R\$1.670.

f. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. São reduzidos do lucro atribuído aos acionistas da controladora, quaisquer dividendos de ações preferencialistas e eventuais prêmios pagos na emissão de ações preferenciais durante o período.

Lucro por ação	31/3/2011	31/3/2010
Lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da controladora antes das deduções	24.324	20.364
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais	92.432.822	92.432.822
Lucro Básico por ação ordinárias (em reais)	0,246818	0,206636
Lucro Básico por ação preferenciais (em reais)	0,271500	0,227299

Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

28. Compromissos

A controlada Eucatex Agro-Florestal Ltda. possui compromissos assumidos decorrentes do contrato de arrendamento rural de terrenos e de parcerias para plantio de florestas. A forma de pagamento destes compromissos de arrendamento são mensais, trimestrais, semestrais, anuais ou de acordo com as colheitas através de parcerias com pagamento em madeira. Os volumes de compromissos decorrentes dos arrendamentos rurais e parcerias contratadas até 31 de março de 2011 corresponderão a um desembolso anual de, aproximadamente, R\$9.000. O vencimento do último contrato será em 2026, sendo que o prazo médio dos contratos é de 14 anos.

Adicionalmente controlada Eucatex Agro-Florestal Ltda., assinou contrato de fornecimento de madeira em pé com a empresa Suzano Papel e Celulose S/A para fornecimento no período de 2010 a 2012. O valor presente do compromisso futuro do contrato de fornecimento foi de R\$10.125, equivalente ao volume de 225.000 m³, também firmou contrato de preferência para aquisição de madeira em pé com a empresa Capim Serviços Agro-Florestais e Com. Ltda., para fornecimento no

Notas Explicativas

período de 2011. O valor presente do compromisso futuro do contrato de fornecimento foi de R\$4.800, equivalente ao volume de 103.225 m³.

29. Benefícios a administradores e empregados

a) Companhia concede aos empregados e diretores benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica e odontológica, alimentação, auxílio educação e outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício, exceto para o caso do benefício de assistência médica que permanece mesmo após o desligamento do funcionário por um período que pode chegar até 24 meses, conforme acordos firmados com os sindicatos.

b) A Companhia tem uma política de conceder Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus empregados e diretores. O valor da PLR é equivalente a um salário para a maior parte dos colaboradores e, em 31 de março de 2011, o montante provisionado é de R\$589 (R\$4.870 em 31 de dezembro de 2010).

30. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiros, conseqüentemente, não foram revisadas por nossos auditores:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Complexo Industrial/Administração e Estoques	Quaisquer Danos Materiais a Edificação, instalação e Maquinas, Equipamentos e Estoques	R\$ 693.920
Transportes - importações e exportação	Danos Causados ao Bens Inclusive Roubo	US\$ 1.000
Veiculos	Colisão, Incendio, Roubo e Furto para 37 Veiculos	R\$ 2.050

31. Informação por segmento

A administração definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria, os quais estão segmentados entre os produtos-Madeira e Tintas. As operações de Tintas são realizadas no Mercado Interno.

As principais informações por segmento de negócio correspondente a 31 de março de 2011 e 2010 são as seguintes:

Notas Explicativas

	Madeira		Tintas		Ajustes Consolidado		Consolidado	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
Receita Líquida de Vendas e Serviços	154.420	136.938	82.328	69.138	(32.893)	(23.160)	203.855	182.917
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(102.195)	(91.798)	(66.886)	(54.405)	27.179	23.754	(141.902)	(122.449)
Lucro bruto	52.225	45.140	15.442	14.733	(5.714)	594	61.953	60.468
	33,8%	33,0%	18,8%	21,3%			30,4%	33,1%

A Companhia não possui nenhum cliente que represente mais de 10% de sua receita líquida. Na elaboração das informações por segmento a Companhia, através de critérios gerenciais de alocação, efetuou ajustes para melhor refletir as informações por segmento.

32. Receita Líquida de vendas

Reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas esta assim representada:

Receita Líquida	Controladora		Consolidado	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
Receita Bruta de Vendas	187.634	164.379	254.007	228.164
Mercado Interno	186.230	161.671	252.549	223.380
Mercado externo	4.680	5.137	6.348	9.338
Descontos e abatimentos	(3.276)	(2.429)	(4.890)	(4.554)
Impostos e contribuições sobre vendas	(38.800)	(34.031)	(50.152)	(45.247)
Receita líquida de vendas	148.834	130.348	203.855	182.917

33. Informação sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

Notas Explicativas

Natureza das Despesas	Controladora		Consolidado	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
GRUPO				
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	(110.027)	(86.237)	(141.902)	(122.449)
Despesas com vendas	(16.983)	(14.316)	(30.707)	(25.876)
Despesas gerais e administrativas	(10.179)	(9.020)	(10.898)	(10.185)
Resultado financeiro	(2.899)	(8.302)	(3.431)	(8.669)
Outras despesas operacionais	(68)	(27)	(1.456)	(468)
	(140.156)	(117.902)	(188.394)	(167.647)
Matéria-prima consumida e outros	(74.511)	(59.999)	(92.087)	(83.214)
Despesas com pessoal e encargos	(26.340)	(21.393)	(34.014)	(27.805)
Despesas de vendas variáveis	(12.283)	(11.326)	(18.196)	(17.110)
Depreciação e amortização	(10.500)	(7.178)	(23.302)	(18.397)
Serviços de terceiros	(11.954)	(8.952)	(13.318)	(10.434)
Propaganda e publicidade	(1.315)	(306)	(3.660)	(1.527)
Impostos e taxas	(354)	(447)	(397)	(493)
Encargos financeiros sobre financiamentos e mútuo	68	(2.046)	6	(1.705)
Variação cambial monetária líquida	(2.967)	(6.255)	(3.426)	(6.962)
	(140.156)	(117.902)	(188.394)	(167.647)

34. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Descrição	Consolidado	
	31/3/2011	31/3/2010
Participação nos resultados	(833)	(892)
Impostos Federais e Estaduais	(981)	(115)
Venda de Imobilizado	95	714
Outros	263	761
Total Outros resultados operacionais	(1.456)	468

Notas Explicativas

<u>Conselho de Administração</u>		
Presidente	Vice-Presidente	Conselheiros
Otávio Maluf	Flávio Maluf	Antônio Delfim Netto
		Dácio Antônio Pereira Oliveira
		Marcelo Faria Parodi
		Heitor Aquino Ferreira

<u>Diretoria</u>		
Diretor Presidente	Diretor Vice-Presidente Geral	Diretor Vice-Presidente Executivo
Flávio Maluf	Otávio Maluf	José Antônio Goulart de Carvalho (*)
		(*) Diretor de Relações com Investidores

Sérgio Henrique Ribeiro
CRC 1SP 220148/0-6
Controller

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**POSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31.03.2011**

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Ações Ordinárias			Ações Preferenciais			Total das Ações		Participante de Acordo	Data da Última Alteração
			Qtde	% Espécie	% Total	Qtde	% Espécie	% Total	Qtde	% Total		
Controladores												
Brascorp Participações Ltda.	Brasileira	01.606.471/0001-00	1.900.075	6,08%	2,05%	1.350.000	2,20%	1,46%	3.250.075	3,509%	-	23/09/2003
Flavio Maluf	Brasileira	064.335.778-57	2.032.372	6,50%	2,19%	88.343	0,14%	0,10%	2.120.715	2,290%	-	02/08/2007
Grandfood Ind. e Comércio Ltda.	Brasileira	46.325.254/0001-80	2.300.001	7,36%	2,48%	158.082	0,26%	0,17%	2.458.083	2,654%	-	28/11/2007
Grandfood Ind. e Comércio Ltda.	Brasileira	46.325.254/0002-61	0	0,00%	0,00%	492.000	0,80%	0,53%	492.000	0,531%	-	29/09/2010
Otavio Maluf	Brasileira	012.246.798-14	1.422.130	4,55%	1,54%	41.750	0,07%	0,05%	1.463.880	1,581%	-	17/09/2009
Pasama Participações SC Ltda.	Brasileira	60.540.499/0001-51	10.733.676	34,34%	11,59%	0	0,00%	0,00%	10.733.676	11,589%	-	02/08/2007
Paulo Salim Maluf	Brasileira	007.687.828-72	302.028	0,97%	0,33%	79.232	0,13%	0,09%	381.260	0,412%	-	02/08/2007

Outros acionistas acima 5%

Latinvest Fund	Grã-Bretanha	Sem Registro	4.054.974	12,97%	4,38%	7.337.517	11,96%	7,92%	11.392.491	12,300%	-	02/08/2007
Latin Amer Infrastrure Fund	Grã-Bretanha	Sem Registro	3.393.980	10,86%	3,66%	4.769.598	7,77%	5,15%	8.163.578	8,814%	-	02/08/2007
Mercosurian Challenge Fund	Grã-Bretanha	Sem Registro	2.866.653	9,17%	3,10%	4.599.896	7,50%	4,97%	7.466.549	8,062%	-	02/08/2007
The Oryx Fund	Grã-Bretanha	Sem Registro	618.034	1,98%	0,67%	6.230.006	10,15%	6,73%	6.848.040	7,394%	-	02/08/2007
Brazil Value Fund	Ilhas Jersey	Sem Registro	445.016	1,42%	0,48%	6.308.557	10,28%	6,81%	6.753.573	7,292%	-	02/08/2007
UBS Ag Zurich	Suíça	05.447.738/0001-15	0	0,00%	0,00%	6.393.420	10,42%	6,90%	6.393.420	6,903%	-	05/08/2010

Total das Ações

31.257.700

61.361.556

92.619.256

Brascorp Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Cotas
FIF Holding Participações Ltda.	Brasileira	06.113.394/0001-70	13.391,82
Flavio Maluf	Brasileira	064.335.778-57	0,003
Jacqueline de Lourdes Torres Coutinho Maluf	Brasileira	127.044.298-80	0,002

FIF Holding Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Cotas
Fábio Torres Maluf	Brasileira	230.953.128-65	4.519,27
Fernando Torres Maluf	Brasileira	230.953.108-11	4.519,27
Isabella Torres Maluf	Brasileira	230.953.168-52	4.519,27
Flavio Maluf	Brasileira	064.335.778-57	0,001
Jacqueline de Lourdes Torres Coutinho Maluf	Brasileira	127.044.298-80	0,001

Grandfood Ind. e Comércio Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Cotas
FIF Holding Participações Ltda.	Brasileira	06.113.394/0001-70	26,00
Flavio Maluf	Brasileira	064.335.778-57	0,001
Jacqueline de Lourdes Torres Coutinho Maluf	Brasileira	127.044.298-80	0,001

Pasama Participações SC Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Ações		Total
			Ordinárias	Preferenciais	
Paulo Salim Maluf	Brasileira	007.687.828-72	9.825	21.075	30.900
Sylvia Luftalla Maluf	Brasileira	127.796.558-79	1.309	1.309	2.618
Otavio Maluf	Brasileira	012.246.798-14	14	14	28
Flavio Maluf	Brasileira	064.335.778-57	14	14	28
Ligia Maluf Curi	Brasileira	030.081.158-61	14	14	28
Minuanos Participações Ltda.	Brasileira	06.043.124/0001-30	12.000	0	12.000

Minuanos Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Cotas
Flavio Maluf	Brasileira	064.335.778-57	4.000
OM Empreendimentos e Participações Ltda.	Brasileira	01.074.602/0001-56	4.000
Ligia Maluf Curi	Brasileira	030.081.158-61	4.000

OM Empreendimentos e Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Cotas
Otavio Maluf	Brasileira	012.246.798-14	1.499.998
Cinthia Beatriz de Lima Barbosa Maluf	Brasileira	269.214.038-90	2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Eucatex S.A. Indústria e Comércio
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Eucatex S.A. Indústria e Comércio, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na Nota explicativa nº 2, as informações contábeis intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Eucatex S.A. Indústria e Comércio essas práticas aplicáveis às informações contábeis individuais diferem das IFRSs somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRSs seria pelo método do custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do valor adicionado ("DVA"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

As Informações Trimestrais - ITR incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2010, obtidas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório, datado de 1 de março de 2011, continha ressalva sobre o não recebimento de resposta à solicitação de confirmação direta de saldos de empréstimos e operações junto ao Deutsche Bank Service Uruguay S.A. Essa ressalva não é mais aplicável em relação ao trimestre findo em 31 de março de 2011 pelo fato de ter sido recebida a mencionada resposta à solicitação de confirmação de saldos junto ao Deutsche Bank Service Uruguay S.A.

São Paulo, 10 de maio de 2011

Marcos Venicio Sanches	
Auditores Independentes	Contador
CRC 2SP-025.583/O-1	CRC 1SP-218.030/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A Companhia não possui Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaro, na qualidade de Diretor Executivo da Eucatex S/A Industria e Comercio, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 – 11º andar, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.643.018/0001-66 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que juntamente com os demais membros da Diretoria da Companhia revii, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2011.

São Paulo, 05 de maio de 2011.

Flávio Maluf
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Otávio Maluf
Diretor Vice-Presidente Geral e Presidente do Conselho de Administração

José Antonio Goulart de Carvalho
Diretor Vice-Presidente Executivo

Antonio Delfim Netto
Conselheiro

Heitor Aquino Ferreira
Conselheiro

Marcelo Faria Parodi
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaro, na qualidade de Diretor Executivo da Eucatex S/A Industria e Comercio, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 – 11º andar, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.643.018/0001-66 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, , que juntamente com os demais membros da Diretoria da Companhia revii, discuti e concordei com a opinião expressada no parecer dos auditores independentes, referentes ao primeiro trimestre de 2011.

São Paulo, 05 de maio de 2011.

Flávio Maluf
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Otávio Maluf
Diretor Vice-Presidente Geral e Presidente do Conselho de Administração

José Antonio Goulart de Carvalho
Diretor Vice-Presidente Executivo

Antonio Delfim Netto
Conselheiro

Heitor Aquino Ferreira
Conselheiro

Marcelo Faria Parodi
Conselheiro